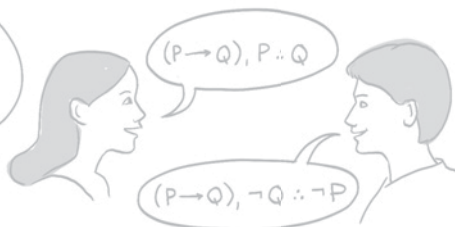


BOM ARGUMENTO

ARGUMENTO
COGENTE
ARGUMENTO
SÓLIDO
ARGUMENTO
VÁLIDO



TODO O A É B
NENHUM A É B
ALGUM A É B
ALGUM A NÃO É B



UMA VIDA NÃO
EXAMINADA
NÃO MERECE
SER VIVIDA

QUAL É A
DISTINÇÃO ENTRE
MANIPULAÇÃO
E PERSUAÇÃO
RACIONAL?



Exclusivo do Professor

Sebenta de Resoluções

Filosofia 11º Ano

Domingos Faria / Luís Veríssimo / Rolando Almeida

PODEMOS
CERTeza TER
ACERTAMOS
NA BOLA
BRANCA, ELA IRÁ
ACERTAR NA
VERMELHA?

UM CISNE BRANCO,
DOIS CISNES BRANCOS,
TODOS OS CISNES SÃO
BRANCOS. UM CISNE
PRETO?!... E AGORA?

MUDANÇA DE PARADIGMA

PATO!

COELHO!

SEBENTA

Teste de diagnóstico

pág. 8-9

Grupo I

1.

1.1 A.; 1.2 A.; 1.3 A.; 1.4 D.

Grupo II

1. Resposta aberta. Concordar com a ideia de que a filosofia não serve para nada e a seguir oferecer uma justificação seria autocontraditório, pois não é possível fazê-lo sem recorrer à filosofia e à argumentação filosófica. Além disso, ajuda-nos a pensar com mais rigor e clareza sobre vários assuntos, contribuindo para a adoção de opiniões e decisões mais fundamentadas.

2. Resposta aberta. A pergunta tem implícita uma ideia paradoxal: se o barbeiro está no conjunto de pessoas que não se barbeiam a si próprias, então pertence ao conjunto de pessoas que é barbeado pelo barbeiro, mas, para todos os efeitos isso significaria que o barbeiro é, afinal, um membro do conjunto de pessoas que fazem a barba a si mesmas; isto quer dizer que, se o barbeiro não se barbeia a si mesmo, então o barbeiro barbeia-se a si mesmo, o que é paradoxal.

3. Resposta aberta. Não, os pais da Beatriz não faltaram à sua palavra. Eles apenas afirmaram que não arrumar o quarto seria suficiente para que eles não a deixassem sair, mas não disseram que arrumar o quarto seria o suficiente para ter essa autorização. Se a Beatriz não arrumasse o quarto não poderia sair de certeza. Contudo, essa arrumação, não garante por si só a possibilidade de sair no sábado à noite, pode haver outros fatores envolvidos nessa decisão. A Beatriz pode ser impedida de sair porque não tem transporte, ou porque não fez os trabalhos de casa, etc.

Grupo III

1. Resposta aberta. O argumento apresentado é válido: é impossível as suas premissas serem verdadeiras e a sua conclusão falsa. Contudo, o argumento não é sólido: nem todas as suas premissas são verdadeiras – a primeira premissa é falsa. O facto de não haver um acordo em relação a uma determinada questão não é uma condição suficiente para que não haja uma verdade objetiva em relação a essa mesma questão (p. ex. o facto de algumas culturas pensarem que a Terra é plana e outras não, não torna o assunto menos objetivo). Para que um argumento seja persuasivo, isto é, para que seja um bom argumento, deve ser válido, sólido e cogente: para além de ser válido e com premissas verdadeiras, deve ter premissas mais aceitáveis do que a conclusão. Uma vez que não é sequer sólido, o argumento apresentado não é um bom argumento.

Grupo IV

1. Resposta aberta. O problema em questão é saber se a avaliação moral das nossas ações depende apenas das suas consequências. Caso não aceite a proposta apresentada no enunciado, o aluno poderá optar por defender a ética kantiana; caso aceite a proposta apresentada no enunciado, o aluno poderá optar por defender o utilitarismo.

Ética kantiana

Segundo Kant, o valor moral de uma ação depende unicamente do motivo do agente, isto é, da máxima que ele seguiu ao agir.

– Para Kant, os motivos do agente têm maior relevância do que as consequências, para avaliar moralmente as ações.

– Segundo Kant, agir por dever implica fazer aquilo que é correto, tendo como único motivo obedecer à lei moral que a razão impõe (Imperativo Categórico) – a ação é

- valorizada por si mesma.
- Se uma pessoa fizer o que é correto, mas for motivada pelo interesse pessoal ou pela compaixão, não estará a agir por dever, mas conforme o dever (Imperativos Hipotéticos) – a ação não é valorizada por si mesma, mas pelas suas consequências
 - Em seu entender, devemos abster-nos de realizar atos imorais por esses atos serem contrários à razão, mesmo que da sua realização pudessem resultar benefícios.
 - Segundo a fórmula da lei universal do Imperativo Categórico, devemos agir apenas segundo máximas que possamos querer universalizar.
 - Podemos querer universalizar uma máxima quando podemos querer que todos os agentes a adotem.
 - Por isso, a proposta não deve ser aceite, dado que a máxima «Mata os outros quando isso trazer benefícios» não passa o teste do Imperativo Categórico.
 - Não podemos universalizá-la, já que o respeito pela vida desapareceria se todos matassem para obter benefícios.
 - Segundo a fórmula do fim em si, as pessoas ou agentes racionais são fins em si, por isso, nunca devemos tratar as pessoas como meros meios. Devemos respeitar incondicionalmente a sua racionalidade.
 - Por isso, a máxima «Mata os outros quando isso trazer benefícios» não deve ser seguida, dado que isso implica tratar as pessoas como meros meios.

Aspetos positivos: racionalidade, imparcialidade, autonomia.

Utilitarismo

- Para um utilitarista, uma ação é moralmente boa quando maximiza a felicidade: as ações são moralmente corretas quando tendem a promover a felicidade do maior número de pessoas e são moralmente erradas quando

tendem a promover o contrário.

- O utilitarismo é uma ética consequencialista: o que determina o valor moral das nossas ações são os seus resultados e não a intenção com que as praticamos.

Aspetos positivos:

- simplicidade: o utilitarismo tem a simplicidade de evitar recorrer a noções complexas como “dever”, “direitos”, “culpa”, atende simplesmente a questões como: “Que ações temos ao nosso dispor?”, “Qual delas trará maior bem-estar para o maior número, de um ponto de vista impessoal?”
- naturalismo: direitos humanos, regras abstratas e absolutas, mandamentos divinos, etc. não têm a mesma capacidade de resolver situações concretas com que nos deparamos todos os dias. O utilitarismo tem a vantagem de servir como procedimento de decisão, sem apelar a princípios metafísicos demasiado obscuros e distantes da realidade.
- o lugar da Felicidade: o utilitarismo, ao abstrair-se de certas regras abstratas para pesar apenas as consequências, em termos de felicidade, para o maior número de pessoas, está a focar a sua teoria num aspeto fundamental de toda a vivência humana.

III – Racionalidade argumentativa e filosofia

1. Argumentação e lógica formal

1.1 Distinção entre validade e verdade

pág. 12

1. O argumento é o seguinte: “Se o ‘argumentador’ está simplesmente a contradizer o ‘homem’, então o ‘argumentador’ não está a argumentar. Ora, o ‘argumentador’ limita-se a contradizer. Logo, o ‘argumentador’ não está a argumentar.”

- 2.** Deste *sketch* dos Monty Python, pode-se reter que um argumento é um processo racional, com afirmações ligadas, visando estabelecer uma dada proposição. Pelo contrário, contradizer, ou fazer uma mera contradição, é apenas negar automaticamente uma afirmação que alguém faz, tal como sucede em quase todo este diálogo entre o Argumentador e o Homem.

pág. 19

- 1. a.** Um argumento é um conjunto de proposições constituído por uma ou várias premissas e uma conclusão. Por exemplo: "Todo aquele que critica pensa. Eu critico. Logo, eu penso".
- b.** As premissas são as proposições que justificam, sustentam, dão razões a favor da conclusão. Por exemplo: "Todo aquele que critica pensa. Eu critico".
- c.** A conclusão é a proposição que se pretende justificar num argumento. Por exemplo: "Logo, eu penso".

- 2.** Nos argumentos dedutivos, a conclusão segue-se das premissas com necessidade. Nos argumentos não-dedutivos a conclusão segue-se das premissas apenas com probabilidade.
- 3.** Um argumento é dedutivamente válido se é contraditório (impossível) ter as premissas todas verdadeiras e a conclusão falsa. Por exemplo: "No caso do trólei, a ação correta é ou desviar o trólei (que matará apenas uma pessoa) ou deixar o trólei continuar (que matará cinco pessoas). Não é verdade que a ação correta é deixar o trólei continuar. Logo, a ação correta é desviar o trólei".
- 4.** Um argumento é sólido se, além de ser válido, também tem de facto as premissas verdadeiras. Por exemplo:

"Todos os seres humanos são mortais. Todos os filósofos são seres humanos. Logo, todos os filósofos são mortais".

- 5.** Um argumento é cogente se, além de ser válido e sólido, tem premissas que são persuasivas e plausíveis para qualquer um.
- 6.** Resposta aberta. Possível cenário de resposta: "Sim, pois a lógica é uma boa ferramenta para distinguir bons e maus argumentos".
- 7.** Resposta aberta. Possível cenário de resposta: "Concordo, porque, tal como na biologia precisamos de ferramentas, como o microscópio, para examinar as células e outros microrganismos, também na filosofia precisamos de ferramentas, como a lógica, para discutirmos argumentos e examinarmos se estamos perante um bom ou mau argumento.

1.2 Lógica silogística aristotélica

(OPÇÃO A)

pág. 22

- 1.** O argumento é válido, pois se é verdade que todos aqueles que estão no País das Maravilhas são loucos e se sucede que as meninas, como a Alice, estão nesse local, então segue-se que as meninas, como a Alice, também são loucas. O argumento satisfaz todas as regras do silogismo válido.

pág. 27

- 1. a.** Algum S é P. [S = lógico; P = filósofo]. Tipo I.
- b.** Algum S não é P. [S = político; P = honesto]. Tipo O.
- c.** Nenhum S é P. [S = ateu; P = acredita em Deus]. Tipo E.

- d.** Nenhum S é P.
[S = matar vidas humanas inocentes;
P = correto]. Tipo E.
- e.** Todo S é P.
[S = ser humano; P = mortal]. Tipo A.
- f.** Todo S é P.
[S = filósofo, P = ser humano;]. Tipo A.
- g.** Algum S não é P. [S = gato; P = preto].
Tipo O.
- h.** Todo S é P. [S = gato; P = preto]. Tipo A.
- i.** Algum S não é P.
[S = ação; P = determinada]. Tipo O.
- j.** Algum S é P. [S = filósofo; P = cristão].
Tipo I.

pág. 29

- 2.** [Podem ser dados outros exemplos:]
- a.** Todos os filósofos são portugueses.
[S = filósofo; P = português].
- b.** Alguns filósofos são portugueses.
[S = filósofo; P = português].
- c.** Alguns filósofos não são portugueses.
[S = filósofo; P = português].
- d.** Nenhum filósofo é português.
[S = filósofo; P = português].
- 3. a.** Nenhum lógico é filósofo.
- b.** Todos os políticos são honestos.
- c.** Alguns ateus acreditam em Deus.
- d.** Algumas coisas que matam vidas humanas inocentes são corretas.
- e.** Alguns seres humanos não são mortais.
- f.** Alguns seres humanos não são filósofos.
- g.** Todos os gatos são pretos.
- h.** Alguns gatos não são pretos.
- i.** Todas as ações são determinadas.
- j.** Nenhum filósofo é cristão.
- 4. a.** Todo S é P. [Tipo A]
Nenhum Q é S. [Tipo E]
∴ Nenhum Q é P. [Tipo E]

- b.** Todo S é P. [Tipo A]
Todo Q é S. [Tipo A]
∴ Todo Q é P. [Tipo A]
- c.** Todo S é P. [Tipo A]
Todo Q é P. [Tipo A]
∴ Todo Q é S. [Tipo A]
- d.** Todo S é P. [Tipo A]
Todo Q é P. [Tipo A]
∴ Todo Q é S. [Tipo A]
- e.** Algum S é P. [Tipo I]
Todo S é Q. [Tipo A]
∴ Todo Q é P. [Tipo A]
- f.** Nenhum S é P. [Tipo E]
Algum P não é Q. [Tipo O]
∴ Todo Q é S. [Tipo A]
- g.** Todo S é P. [Tipo A]
Algum P é Q. [Tipo I]
∴ Algum Q é S. [Tipo I]
- h.** Todo S é P. [Tipo A]
Todo P é Q. [Tipo A]
∴ Todo Q é S. [Tipo A]
- i.** Nenhum S é P. [Tipo E]
Algum Q é S. [Tipo I]
∴ Nenhum Q é P. [Tipo E]
- j.** Todo S é P. [Tipo A]
Nenhum Q é S. [Tipo E]
∴ Nenhum Q é P. [Tipo E]
- k.** Nenhum S é P. [Tipo E]
Todo Q é S. [Tipo A]
∴ Nenhum Q é P. [Tipo E]
- l.** Algum S é P. [Tipo I]
Algum Q é S. [Tipo I]
∴ Algum Q é P. [Tipo I]
- m.** Todo S é P. [Tipo A]
Algum Q não é P. [Tipo O]
∴ Algum Q não é S. [Tipo O]

- n.** Todo S é P. [Tipo A]
 Todo S é Q. [Tipo A]
 ∴ Todo Q é S. [Tipo A]
- o.** Todo S é P. [Tipo A]
 Algum Q é S. [Tipo I]
 ∴ Algum Q é P. [Tipo I]
- p.** Todo S é P. [Tipo A]
 Nenhum Q é S. [Tipo E]
 ∴ Nenhum Q é P. [Tipo E]
- q.** Algum S é P. [Tipo I]
 Todo Q é S. [Tipo A]
 ∴ Algum Q é P. [Tipo I]
- r.** Todo S é P. [Tipo A]
 Todo Q é S. [Tipo A]
 ∴ Todo Q é P. [Tipo A]
- s.** Nenhum S é P. [Tipo E]
 Algum Q é S. [Tipo I]
 ∴ Algum Q não é P. [Tipo O]
- t.** Nenhum S é P. [Tipo E]
 Todo Q é S. [Tipo A]
 ∴ Nenhum Q é P. [Tipo E]
- u.** Algum S é P. [Tipo I]
 Algum S é Q. [Tipo I]
 ∴ Algum Q é P. [Tipo I]
- v.** Todo S é P. [Tipo A]
 Todo S é Q. [Tipo A]
 ∴ Todo Q é P. [Tipo A]
- w.** Todo S é P. [Tipo A]
 Todo Q é P. [Tipo A]
 ∴ Todo Q é S. [Tipo A]
- x.** Todo S é P. [Tipo A]
 Todo Q é S. [Tipo A]
 ∴ Todo Q é P. [Tipo A]
- y.** Nenhum S é P. [Tipo E]
 Todo Q é P. [Tipo A]
 ∴ Nenhum Q é S. [Tipo E]

- z.** Todo S é P. [Tipo A]
 Algum Q não é S. [Tipo O]
 ∴ Algum Q não é P. [Tipo O]

5. A resposta encontra-se entre parênteses [] na resolução anterior.

pág. 31

- 6. a.** **Termo maior:** existir na realidade.
Termo menor: pedra.
Termo médio: pensa.
- b.** **Termo maior:** ter direito à vida.
Termo menor: fetos.
Termo médio: seres humanos.
- c.** **Termo maior:** programas antigos de televisão.
Termo menor: pinguins.
Termo médio: ser a preto e branco.
- d.** **Termo maior:** romances.
Termo menor: poemas.
Termo médio: obras literárias.
- e.** **Termo maior:** portugueses.
Termo menor: mortais.
Termo médio: seres humanos.
- f.** **Termo maior:** caracóis.
Termo menor: mulheres.
Termo médio: seres humanos.
- g.** **Termo maior:** músicos.
Termo menor: pintores.
Termo médio: artistas.
- h.** **Termo maior:** tigres.
Termo menor: animais.
Termo médio: mamíferos.
- i.** **Termo maior:** santo.
Termo menor: ser inteligente.
Termo médio: ser humano.
- j.** **Termo maior:** sábio.
Termo menor: sofista.
Termo médio: filósofo.

- k. Termo maior:** ignorante.
Termo menor: advogados.
Termo médio: retórico.
- l. Termo maior:** ter mais de 18 anos.
Termo menor: estudantes.
Termo médio: assistir ao filme.
- m. Termo maior:** pretensiosos.
Termo menor: intelectuais.
Termo médio: vaidosos.
- n. Termo maior:** vegetarianos.
Termo menor: humanos.
Termo médio: ativistas dos direitos dos animais.
- o. Termo maior:** cidadãos europeus.
Termo menor: eurocéticos.
Termo médio: portugueses.
- p. Termo maior:** simpática.
Termo menor: egoísta.
Termo médio: boa pessoa.
- q. Termo maior:** violentos.
Termo menor: ditadores.
Termo médio: fundamentalistas.
- r. Termo maior:** injustas
Termo menor: leis segregacionistas.
Termo médio: leis que degradam a personalidade humana.
- s. Termo maior:** resposta certa.
Termo menor: questão moral.
Termo médio: questão controversa.
- t. Termo maior:** verdade objetiva.
Termo menor: crença moral.
Termo médio: produto cultural.
- u. Termo maior:** verdades objetivas.
Termo menor: produtos culturais.
Termo médio: livros.
- v. Termo maior:** mortal.
Termo menor: filósofo.
Termo médio: ser humano.

- w. Termo maior:** cristãos.
Termo menor: judeus.
Termo médio: pessoas que acreditam no Deus abraâmico.
- x. Termo maior:** corresponder aos factos.
Termo menor: ser conhecido.
Termo médio: ser verdadeiro.
- y. Termo maior:** baseado na experiência sensível.
Termo menor: teoria ética adequada.
Termo médio: provir de princípios necessários e universais.
- z. Termo maior:** merecer consideração moral.
Termo menor: animais.
Termo médio: poder sentir prazer ou dor.

- 7. a.** Não é silogismo, pois o termo médio "lobo" não tem o mesmo significado em ambas as premissas.
- b.** É um silogismo.
- c.** Não é silogismo, pois não tem termo médio. Dizer "melhor do que nada" (na premissa menor) e dizer "nada é melhor do que" (na premissa maior) é afirmar coisas diferentes.
- d.** Não é silogismo, pois não tem termo médio.
- e.** É um silogismo.
- 8.** O argumento (a) comete a falácia dos quatro termos, uma vez que o termo médio tem um sentido diferente em cada uma das premissas.

pág. 33

- 9. a.** Modo AEE da primeira figura.
b. Modo AAA da primeira figura.
c. Modo AAA da segunda figura.
d. Modo AAA da segunda figura.
e. Modo IAA da terceira figura.
f. Modo EOA da quarta figura.

- g.** Modo All da quarta figura.
- h.** Modo AAA da quarta figura.
- i.** Modo EIE da primeira figura.
- j.** Modo AEE da primeira figura.
- k.** Modo EAE da primeira figura.
- l.** Modo III da primeira figura.
- m.** Modo AOO da segunda figura.
- n.** Modo AAA da terceira figura.
- o.** Modo All da primeira figura.
- p.** Modo AEE da primeira figura.
- q.** Modo IAI da primeira figura.
- r.** Modo AAA da primeira figura.
- s.** Modo EIO da primeira figura.
- t.** Modo EAE da primeira figura.
- u.** Modo III da terceira figura.
- v.** Modo AAA da terceira figura.
- w.** Modo AAA da segunda figura.
- x.** Modo AAA da primeira figura.
- y.** Modo EAE da segunda figura.
- z.** Modo AOO da primeira figura.

- 10.** Argumentos válidos: b, k, m, o, r, s, t, x, y.
Argumentos inválidos: a, c, d, e, f, g, h, i, j, l, n, p, q, u, v, w, z.

pág. 34

- 11. a.** Algum S é P.
b. Algum S não é P.
c. Nenhum S é P.
d. Nenhum S é P.
e. Todo S é P.
f. Todo S é P.
g. Algum S não é P.
h. Todo S é P.
i. Algum S não é P.
j. Algum S é P.
- 12. a.** Todo S é P.
Nenhum Q é S.
∴ Nenhum Q é P.
- b.** Todo S é P.
Todo Q é S.
∴ Todo Q é P.

- c.** Todo S é P.
Todo Q é P.
∴ Todo Q é S.
- d.** Todo S é P.
Todo Q é P.
∴ Todo Q é S.
- e.** Algum S é P.
Todo S é Q.
∴ Todo Q é P.
- f.** Nenhum S é P.
Algum P não é Q.
∴ Todo Q é S.
- g.** Todo S é P.
Algum P é Q.
∴ Algum Q é S.
- h.** Todo S é P.
Todo P é Q.
∴ Todo Q é S.
- i.** Nenhum S é P.
Algum Q é S.
∴ Nenhum Q é P.
- j.** Todo S é P.
Nenhum Q é S.
∴ Nenhum Q é P.
- k.** Nenhum S é P.
Todo Q é S.
∴ Nenhum Q é P.
- l.** Algum S é P.
Algum Q é S.
∴ Algum Q é P.
- m.** Todo S é P.
Algum Q não é P.
∴ Algum Q não é S.
- n.** Todo S é P.
Todo S é Q.
∴ Todo Q é S.

- o.** Todo S é P.
Algum Q é S.
∴ Algum Q é P.
- p.** Todo S é P.
Nenhum Q é S.
∴ Nenhum Q é P.
- q.** Algum S é P.
Todo Q é S.
∴ Algum Q é P.
- r.** Todo S é P.
Todo Q é S.
∴ Todo Q é P.
- s.** Nenhum S é P.
Algum Q é S.
∴ Algum Q não é P.
- t.** Nenhum S é P.
Todo Q é S.
∴ Nenhum Q é P.
- u.** Algum S é P.
Algum S é Q.
∴ Algum Q é P.
- v.** Todo S é P.
Todo S é Q.
∴ Todo Q é P.
- w.** Todo S é P.
Todo Q é P.
∴ Todo Q é S.
- x.** Todo S é P.
Todo Q é S.
∴ Todo Q é P.
- y.** Nenhum S é P.
Todo Q é P.
∴ Nenhum Q é S.
- z.** Todo S é P.
Algum Q não é S.
∴ Algum Q não é P.

- 13. a.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita maior.
- b.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- c.** Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
Falácia do termo médio não distribuído.
- d.** Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
Falácia do termo médio não distribuído.
- e.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita menor.
- f.** Inválido, pois não satisfaz a regra 4.
- g.** Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
Falácia do termo médio não distribuído.
- h.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita menor.
- i.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita menor.
- j.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita maior.
- k.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- l.** Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
Falácia do termo médio não distribuído.
- m.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- n.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita menor.
- o.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- p.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita maior.
- q.** Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
Falácia do termo médio não distribuído.
- r.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- s.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- t.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- u.** Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
Falácia do termo médio não distribuído.
- v.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita menor.
- w.** Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
Falácia do termo médio não distribuído.
- x.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- y.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
- z.** Inválido, pois não satisfaz a regra 2.
Falácia da ilícita maior.

- 14. a.** Válido, pois satisfaz todas as regras.
b. Válido, pois satisfaz todas as regras.
c. Inválido, pois não satisfaz as regras 2 e 3.
d. Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
e. Inválido, pois não satisfaz a regra 3.
f. Inválido, pois não satisfaz a regra 1.
g. Válido, pois satisfaz todas as regras.
h. Válido, pois satisfaz todas as regras.
i. Válido, pois satisfaz todas as regras.

- 15.** [Outros exemplos de validade são aceitáveis]
a. Modo AAA da primeira figura:
 Todos os seres humanos são mortais.
 Todos os gregos são seres humanos.
 Logo, todos os gregos são mortais.
b. Modo EIO da quarta figura:
 Nenhum cristão é ateu.
 Alguns ateus são filósofos.
 Alguns filósofos não são cristãos.
c. Modo All da primeira figura.
 Todos os que usam fogo têm inteligência.
 Alguns habitantes das cavernas usam fogo.
 Logo, alguns habitantes das cavernas têm inteligência.
d. Modo EAE da primeira figura.
 Nenhum empirista é racionalista.
 Todos os cientistas são empiristas.
 Nenhum cientista é racionalista.

- 16.** [Outros exemplos de validade são aceitáveis]
a. Não, pois qualquer que seja a conclusão não respeitará a regra 1.
b. Sim, uma conclusão que respeita todas as regras é a seguinte:
 "Todas as doutrinas religiosas devem ser rejeitadas".
c. Sim, uma conclusão que respeita todas as regras é a seguinte:
 "Nenhuma emoção é virtude".
d. Não, pois qualquer que seja a conclusão não respeitará a regra 1.

- 17.** [Outros exemplos de validade são aceitáveis]
a. Modo AAA da primeira figura:
 Todas as ações com boas consequências são moralmente corretas.
 Todas as ações socialmente úteis são ações com boas consequências.
 Logo, todas as ações socialmente úteis são moralmente corretas.
b. Modo EAE da primeira figura:
 Nada que seja imaterial pode morrer.
 Toda a alma humana é imaterial.
 Logo, nenhuma alma humana pode morrer.
c. Modo All da primeira figura:
 Todas as crenças que dão benefícios à vida prática são pragmaticamente justificáveis.
 Algumas doutrinas religiosas são crenças que dão benefícios à vida prática.
 Logo, algumas doutrinas religiosas são pragmaticamente justificáveis.

pág. 41

- 18. a.** Inválido, pois não satisfaz a condição 1.
 Todo S^* é P.
 Nenhum Q^* é S^* .
 $\therefore$ Nenhum Q é P.
b. Válido, pois satisfaz as duas condições.
 Todo S^* é P.
 Todo Q^* é S.
 $\therefore$ Todo Q é P^* .
c. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.
 Todo S^* é P.
 Todo Q^* é P.
 $\therefore$ Todo Q é S^* .
d. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.
 Todo S^* é P.
 Todo Q^* é P.
 $\therefore$ Todo Q é S^* .

e. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Algum S é P .

Todo $\underline{S}^*$ é Q .

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é P^* .

f. Inválido, pois não satisfaz a condição 2.

Nenhum $\underline{S}^*$ é P^* .

Algum P não é $\underline{Q}^*$.

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é S^* .

g. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Algum P é Q .

$\therefore$ Algum Q^* é S^* .

h. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Todo $\underline{P}^*$ é Q .

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é S^* .

i. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Nenhum $\underline{S}^*$ é $\underline{P}^*$.

Algum Q é S .

$\therefore$ Nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{P}$.

j. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Nenhum $\underline{Q}^*$ é $\underline{S}^*$.

$\therefore$ Nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{P}$.

k. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Nenhum $\underline{S}^*$ é $\underline{P}^*$.

Todo $\underline{Q}^*$ é S .

$\therefore$ Nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{P}$.

l. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Algum S é P .

Algum Q é S .

$\therefore$ Algum Q^* é P^* .

m. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Algum Q não é $\underline{P}^*$.

$\therefore$ Algum Q^* não é $\underline{S}$.

n. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Todo $\underline{S}^*$ é Q .

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é S^* .

o. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Algum Q é S .

$\therefore$ Algum Q^* é P^* .

p. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Nenhum $\underline{Q}^*$ é $\underline{S}^*$.

$\therefore$ Nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{P}$.

q. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Algum S é P .

Todo $\underline{Q}^*$ é S .

$\therefore$ Algum Q^* é P^* .

r. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Todo $\underline{Q}^*$ é S .

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é P^* .

s. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Nenhum $\underline{S}^*$ é $\underline{P}^*$.

Algum Q é S .

$\therefore$ Algum Q^* não é $\underline{P}$.

t. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Nenhum $\underline{S}^*$ é $\underline{P}^*$.

Todo $\underline{Q}^*$ é S .

$\therefore$ Nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{P}$.

u. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Algum S é P .

Algum S é Q .

$\therefore$ Algum Q^* é P^* .

v. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P .

Todo $\underline{S}^*$ é Q .

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é P^* .

w. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P.

Todo $\underline{Q}^*$ é P.

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é $\underline{S}^*$.

x. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{S}^*$ é P.

Todo $\underline{Q}^*$ é S.

$\therefore$ Todo $\underline{Q}$ é $\underline{P}^*$.

y. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Nenhum $\underline{S}^*$ é $\underline{P}^*$.

Todo $\underline{Q}^*$ é P.

$\therefore$ Nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{S}$.

z. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{S}^*$ é P.

Algum Q não é $\underline{S}^*$.

$\therefore$ Algum $\underline{Q}^*$ não é $\underline{P}$.

19. a. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{S}^*$ é P.

Todo $\underline{Q}^*$ é S.

Logo, todo $\underline{Q}$ é $\underline{P}^*$.

b. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{S}^*$ é P.

Algum Q é S.

Logo, algum $\underline{Q}^*$ é $\underline{P}^*$.

c. Inválido, pois não satisfaz a condição 1 nem a 2.

Todo $\underline{S}^*$ é P.

Algum Q é S.

Logo, nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{P}$.

d. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{P}^*$ é S.

Algum Q é S.

Logo, algum $\underline{Q}^*$ é $\underline{P}^*$.

e. Inválido, pois não satisfaz a condição 2.

Nenhum $\underline{P}^*$ é $\underline{S}^*$.

Nenhum $\underline{Q}^*$ é $\underline{S}^*$.

Logo, nenhum $\underline{Q}$ é $\underline{P}$.

f. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Algum P é S.

Algum S é Q.

Logo, algum $\underline{Q}^*$ é $\underline{P}^*$.

g. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{P}^*$ é S.

Todo $\underline{S}^*$ é Q.

Logo, algum $\underline{Q}^*$ é $\underline{P}^*$.

h. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Algum P é S.

Todo $\underline{P}^*$ é Q.

Logo, algum $\underline{Q}^*$ é $\underline{S}^*$.

i. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Algum P não é $\underline{S}^*$.

Todo $\underline{P}^*$ é Q.

Logo, algum $\underline{Q}^*$ não é $\underline{S}$.

20. a. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Nenhum $\underline{E}^*$ é $\underline{S}^*$.

Todo $\underline{M}^*$ é S.

Logo, nenhum $\underline{M}$ é $\underline{E}$.

b. Válido, pois satisfaz as duas condições.

Todo $\underline{I}^*$ é A.

Todo $\underline{D}^*$ é I.

Logo, $\underline{D}$ é $\underline{A}^*$.

c. Inválido, pois não satisfaz a condição 1.

Todo $\underline{M}^*$ é F.

Nenhum $\underline{A}^*$ é $\underline{M}^*$.

Logo, nenhum $\underline{A}$ é $\underline{F}$.

pág. 44

Teste Formativo

(avaliação das secções 1.1 e 1.2 – opção A)

Grupo I

1. A. Falso. Um argumento simples só pode ter uma conclusão.

B. Falso. Nos argumentos dedutivos válidos a conclusão segue-se com necessidade.

- C. Verdadeiro.
- D. Verdadeiro.
- E. Falso. Nega-se proposições categóricas pelas contraditórias.
- F. Falso. Cada um dos termos do silogismo deve ocorrer exatamente duas vezes.
- G. Falso. O termo sujeito não está distribuído nas particulares.
- H. Verdadeiro.
- I. Verdadeiro.

2.

2.1 C.

2.2 A.

2.3 B.

2.4 D. [Pode ser válido ou inválido. Válido, se também respeitar as restantes regras. Inválido, caso não respeite alguma das outras regras].

Grupo II

3.

3.1 Inválido, pois não satisfaz a regra 2.

Todo S é P.

Algum Q é S.

Logo, todo Q é P.

3.2 Válido, pois satisfaz todas as regras.

Todo S é P.

Nenhum Q é P.

Logo, nenhum Q é S.

3.3 Inválido, pois não satisfaz a regra 1.

Todo S é P.

Todo Q é P.

Logo, todo Q é S.

4. No argumento 3.1 comete-se a falácia da ilícita menor.

No argumento 3.3 comete-se a falácia do termo médio não-distribuído.

Para o argumento 3.1 ser válido:

Todo S é P.

Algum Q é S.

Logo, algum Q é P.

Em linguagem natural o argumento válido ficaria assim: "Todos os seres com atividade mental têm o direito moral à vida. Ora, alguns fetos têm atividade mental. Portanto, alguns fetos têm direito moral à vida".

Para o argumento 3.3 ser válido:

Todo S é P.

Todo P é Q.

Logo, algum Q é S.

Em linguagem natural o argumento válido ficaria assim: "Todas as ações livres são realizadas conscientemente. Todas as ações realizadas conscientemente são humanas. Logo, algumas ações humanas são livres".

5. Nenhum argumento sólido é inválido.

Alguns silogismos são inválidos.

Logo, alguns silogismos não são argumentos sólidos.

6. O argumento 3.1 é do modo AIA da primeira figura [argumento inválido].

O argumento 3.2 é do modo AEE da segunda figura [argumento válido].

O argumento 3.3 é do modo AAA da segunda figura [argumento inválido].

O argumento construído em 5 é do modo EIO da segunda figura [argumento válido].

Grupo III

7.

7.1 Uma possível reconstrução do argumento: (P1) Tudo o que arde [ou que se queima] é feito de madeira.

(P2) Todas as bruxas ardem [ou queimam-se].

(C) Logo, todas as bruxas são feitas de madeira.

7.2 O argumento é do modo AAA da primeira figura.

7.3 O argumento é válido, pois satisfaz todas as regras.

Todo S é P.

Todo Q é S.

Logo, todo Q é P.

7.4 O argumento não é sólido, pois a premissa (P1) não é verdadeira. Ou seja, algumas coisas que ardem não são feitas de madeira, mas sim de outros materiais.

1.2 Lógica proposicional clássica

(OPÇÃO B)

pág. 47

A. Não se pode concluir validamente que foi um *serial killer* que assassinou Julia porque as proposições 5 e 7 não permitem tirar essa conclusão. Os alunos conseguirão ver isso intuitivamente. Porém, quando se terminar a leção da lógica proposicional, convém regressar a este exercício (e ao seguinte), para os alunos aplicarem inspetores de circunstâncias ou derivações. Tanto com os inspetores como com as derivações, os alunos podem verificar que $(P \vee Q)$, R , $(R \rightarrow S)$, $(S \rightarrow P)$, $(T \rightarrow Q)$, $(Q \rightarrow \neg P)$, $\neg T \therefore Q$ é uma forma argumentativa inválida. Por isso, não foi o *serial killer* o autor do crime.

B. Pode-se concluir validamente que foi Beth que assassinou Julia porque as proposições 2, 3 e 4 permitem tirar essa conclusão. Tanto com os inspetores, como com as derivações, os alunos podem, mais tarde, verificar que $(P \vee Q)$, R , $(R \rightarrow S)$, $(S \rightarrow P)$, $(T \rightarrow Q)$, $(Q \rightarrow \neg P)$, $\neg T \therefore P$ é uma forma argumentativa válida. Por isso, foi Beth a autora do crime.

pág. 52

1. a. 2. $(P \vee Q)$

b. 3. $(P \rightarrow Q)$

c. 4. $\neg(\neg P \wedge \neg Q)$

d. 1. $\neg(P \leftrightarrow Q)$

2. [Outras respostas são aceitáveis]

a. Dicionário – P: "Deus existe". Q: "a vida tem sentido".

Linguagem natural: "Se Deus existe, então a vida não tem sentido".

b. Dicionário – P: "Deus existe". Q: "a vida tem sentido"

Linguagem natural: "Deus não existe e a vida não tem sentido".

c. Dicionário – P: "Deus existe". Q: "a vida tem sentido".

Linguagem natural: "Deus existe se, e só se, a vida tem sentido".

d. Dicionário – P: "Deus existe". Q: "a vida tem sentido".

Linguagem natural: "Deus não existe ou a vida tem sentido".

e. Dicionário – P: "Deus existe".

Linguagem natural: "Deus não existe".

3. a. Dicionário:

P: "a ética depende da vontade de Deus".

Q: "algo só é bom porque é desejado por Deus".

Formalização:

$(P \rightarrow Q)$, $\neg Q \therefore \neg P$

b. Dicionário:

P: "existe uma lei moral objetiva".

Q: "há uma fonte para a lei moral".

R: "há Deus".

Formalização:

$(P \rightarrow Q)$, $(Q \rightarrow R)$, $P \therefore R$

c. Dicionário:

P: "há um Deus".

Q: "Deus criou o universo".

R: "a matéria sempre existiu".

Formalização:

$(P \rightarrow Q)$, $(Q \rightarrow \neg R)$, $R \therefore \neg P$

d. Dicionário:

P: "'bom' significa 'socialmente aprovado'".

Q: "o que é socialmente aprovado é necessariamente bom".

Formalização:

$(P \rightarrow Q), \neg Q \therefore \neg P$

e. Dicionário:

P: "realismo moral consegue explicar a diversidade moral no mundo".

Q: "realismo moral é verdadeiro".

Formalização:

$\neg P, (Q \rightarrow P) \therefore \neg Q$

4. [Outras respostas são aceitáveis]

a. Dicionário:

P: "Deus existe".

Q: "a vida tem sentido".

Linguagem natural:

"Se Deus existe, a vida tem sentido. Deus existe. Logo, a vida tem sentido."

b. Dicionário:

P: "Deus existe".

Q: "a vida tem sentido".

Linguagem natural:

"Não é o caso que Deus existe e a vida tem sentido. Mas Deus existe. Logo, a vida não tem sentido".

c. Dicionário:

P: "Deus existe".

Q: "a vida tem sentido".

R: "a vida é um absurdo".

Linguagem natural:

"Se Deus existe, então a vida não tem sentido. Se a vida não tem sentido, então a vida é um absurdo. Mas a vida não é um absurdo. Logo, Deus existe".

pág. 56

5. a. Dicionário:

P: "ter uma ideia simples de Deus".

Q: "ter experiência direta de Deus".

R: "poder duvidar da sua existência".

Formalização:

$(P \rightarrow (Q \wedge \neg R))$

b. Dicionário:

P: "a crença em Deus ser uma questão puramente intelectual".

Q: "todas as pessoas inteligentes seriam crentes".

Formalização:

$\neg(P \rightarrow (Q \vee \neg Q))$

c. Dicionário:

P: "maximizar o prazer humano é sempre bom".

Q: "o prazer sadista de torturar um animal maximiza o prazer humano".

R: "o ato sadista é bom".

Formalização:

$\neg((P \wedge Q) \rightarrow R)$

d. Dicionário:

P: "o infanticídio é errado".

Q: "o aborto é errado".

R: "o nosso direito moral a uma igual consideração inicia-se no nascimento".

Formalização:

$((P \wedge \neg Q) \rightarrow R)$

e. Dicionário:

P: "qualquer prova para uma verdade moral pressupõe uma verdade moral mais básica".

Q: "podemos provar verdades morais indefinidamente através de verdades morais mais básicas".

R: "devemos acreditar que temos conhecimento moral".

S: "devemos aceitar verdades morais autoevidentes".

Formalização:

$((P \wedge \neg Q) \rightarrow (R \rightarrow S))$

6. a. Dicionário:

P: "algumas coisas são causadas".

Q: "qualquer coisa causada é causada por outra coisa".

R: "há uma primeira causa".

S: "há uma série infinita de causas passadas".

Formalização:

P, Q, $((P \wedge Q) \rightarrow (R \vee S)), \neg S \therefore R$

b. Dicionário:

P: "Deus existe no pensamento".

Q: "Deus existe na realidade".

R: "um ser mais perfeito que Deus é concebível"

Formalização:

P, $((P \wedge \neg Q) \rightarrow R), \neg R \therefore Q$

c. Dicionário:

P: "temos conhecimento moral".

Q: "os princípios morais básicos são demonstráveis".

R: "os princípios morais básicos são autoevidentes"

Formalização:

$(P \rightarrow (Q \vee R)), (Q \wedge R) \therefore P$

d. Dicionário:

P: "temos uma prova absoluta da existência de Deus".

Q: "a nossa vontade é fortemente atraída para fazer o bem".

R: "nós temos livre-arbítrio".

Formalização:

$(P \rightarrow Q), (Q \rightarrow \neg R), \neg \neg R \therefore \neg P$

e. Dicionário:

P: "as tentativas de provar «Deus existe» são bem-sucedidas".

Q: "as tentativas de provar «Há outros seres conscientes além de mim mesmo» são bem-sucedidas".

R: "a crença em Deus é racional".

S: "a crença noutros seres conscientes é racional".

Formalização:

$((\neg P \wedge \neg Q) \rightarrow (R \leftrightarrow S)), (\neg P \wedge \neg Q), S \therefore R$

pág. 61

7.

a. Contingência.

P	Q	$(P \vee Q)$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

b. Contingência.

P	Q	$(P \rightarrow Q)$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

c. Contingência.

P	Q	$\neg$	$(\neg P)$	$\wedge$	$(\neg Q)$
V	V	V	F	F	F
V	F	V	F	F	V
F	V	V	V	F	F
F	F	F	V	V	V

d. Contingência.

P	Q	$\neg$	$(P \leftrightarrow Q)$
V	V	F	V
V	F	V	F
F	V	V	F
F	F	F	V

8.

a. Contingência.

P	Q	(¬P	→	¬Q)
V	V	F	V	F
V	F	F	V	V
F	V	V	F	F
F	F	V	V	V

b. Contingência.

P	Q	$(\neg P \wedge \neg Q)$
V	V	F
V	F	F
F	V	F
F	F	V

c. Contingência.

P	Q	$(P \leftrightarrow Q)$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

d. Contingência.

P	Q	$(\neg P \vee Q)$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

e. Contingência.

P	$\neg P$
V	F
F	V

pág. 62

9.

a. Contingência.

P	Q	R	$(P \rightarrow (Q \wedge \neg R))$
V	V	V	F
V	V	F	V
V	F	V	F
V	F	F	F
F	V	V	V
F	V	F	V
F	F	V	V
F	F	F	V

b. Contradição

P	Q	$\neg (P \rightarrow (Q \vee \neg Q))$
V	V	F
V	F	F
F	V	F
F	F	F

c. Contingência.

P	Q	R	$\neg ((P \wedge Q) \rightarrow R)$
V	V	V	F
V	V	F	V
V	F	V	F
V	F	F	F
F	V	V	F
F	V	F	F
F	F	V	F
F	F	F	F

d. Contingência.

P	Q	R	$((P \wedge \neg Q) \rightarrow R)$
V	V	V	V
V	V	F	F
V	F	V	V
V	F	F	V
F	V	V	F
F	V	F	F
F	F	V	V
F	F	F	V

e. Contingência.

P	Q	R	S	$((P \wedge \neg Q) \rightarrow (R \rightarrow S))$
V	V	V	V	V
V	V	V	F	F
V	V	F	V	V
V	V	F	F	F
V	F	V	V	V
V	F	V	F	F
V	F	F	V	V
V	F	F	F	F
F	V	V	V	V
F	V	V	F	F
F	V	F	V	V
F	V	F	F	F
F	F	V	V	V
F	F	V	F	F
F	F	F	V	V
F	F	F	F	F

10.

a. Contingência.

P	Q	R	$((P \wedge Q) \rightarrow \neg R)$
V	V	V	F
V	V	F	V
V	F	V	F
V	F	F	V
F	V	V	F
F	V	F	V
F	F	V	F
F	F	F	V

b. Contingência.

P	Q	R	S	$((P \wedge Q) \rightarrow \neg (R \vee S))$
V	V	V	V	V
V	V	V	F	V
V	V	F	V	V
V	V	F	F	V
V	F	V	V	V
V	F	V	F	V
V	F	F	V	V
V	F	F	F	V
F	V	V	V	V
F	V	V	F	V
F	V	F	V	V
F	V	F	F	V
F	F	V	V	V
F	F	V	F	V
F	F	F	V	V
F	F	F	F	V

c. Contingência.

P	Q	R	$\neg$	$((P \rightarrow (Q \rightarrow R)) \wedge R)$
V	V	V	F	V
V	V	F	V	F
V	F	V	F	V
V	F	F	V	F
F	V	V	F	V
F	V	F	V	F
F	F	V	F	V
F	F	F	V	F

d. Tautologia.

P	Q	$((\neg P \wedge (Q \rightarrow P)) \rightarrow \neg P)$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	V

pág. 64

11.

a. Fórmula argumentativa válida.

P	Q	$(P \rightarrow Q)$	$\neg P$	$\neg Q$
V	V	V	F	F
V	F	F	F	V
F	V	V	V	F
F	F	V	V	V

b. Fórmula argumentativa válida.

P	Q	$\neg(P \wedge Q)$	$\neg P$	$\neg Q$
V	V	F	F	F
V	F	V	F	V
F	V	V	V	F
F	F	V	V	V

c. Fórmula argumentativa inválida.

P	Q	R	$(P \rightarrow \neg Q)$	$(\neg Q \rightarrow R)$	$\neg R$	$\therefore P$
V	V	V	F	V	F	V
V	V	F	F	V	V	V
V	F	V	V	V	F	V
V	F	F	V	F	V	V
F	V	V	V	V	F	F
F	V	F	V	V	V	F
F	F	V	V	V	F	F
F	F	F	V	F	V	F

12.

a. Fórmula argumentativa inválida.

P	Q	R	$(P \rightarrow (Q \wedge R))$	$\neg P$	$\therefore \neg (Q \wedge R)$
V	V	V	V	F	F
V	V	F	F	F	V
V	F	V	F	F	V
V	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	F
F	V	F	V	V	V
F	F	V	V	V	V
F	F	F	V	V	V

b. Fórmula argumentativa válida.

P	Q	R	S	$((P \wedge Q) \rightarrow (R \rightarrow S))$	$(P \wedge Q)$	$\therefore (R \rightarrow S)$
V	V	V	V	V	V	V
V	V	V	F	F	V	F
V	V	F	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V
V	F	V	V	V	F	V
V	F	V	F	V	F	F
V	F	F	V	V	F	V
V	F	F	F	V	F	V
F	V	V	V	V	F	F
F	V	V	F	V	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	V	F	F	V	F	V
F	F	V	V	V	F	F
F	F	V	F	V	F	V
F	F	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	F	V

c. Fórmula argumentativa válida.

P	Q	R	$((P \wedge Q) \rightarrow R)$	Q	$\therefore (R \vee \neg P)$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	F
V	F	V	V	F	V
V	F	F	V	F	F
F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	V	V
F	F	V	V	F	V
F	F	F	V	F	V

d. Fórmula argumentativa válida.

P	Q	R	$(P \rightarrow (Q \rightarrow R))$	$\therefore ((P \wedge Q) \rightarrow R)$
V	V	V	V	V
V	V	F	F	F
V	F	V	V	V
V	F	F	V	V
F	V	V	V	V
F	V	F	V	V
F	F	V	V	V
F	F	F	V	V

e. Fórmula argumentativa válida.

P	Q	R	$(P \rightarrow (Q \wedge R))$	$(\neg P \rightarrow R)$	$\therefore R$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	F
V	F	V	F	V	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	F	F
F	F	V	V	V	V
F	F	F	V	F	F

pág. 66

13.

3. a. Argumento válido.

P	Q	$(P \rightarrow Q)$	$\neg Q$	$\therefore \neg P$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	F
F	V	V	F	V
F	F	V	V	V

3. b. Argumento válido.

P	Q	R	$(P \rightarrow Q)$	$(Q \rightarrow R)$	P	$\therefore R$
V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	F	V	F
V	F	V	F	V	V	V
V	F	F	F	V	V	F
F	V	V	V	V	F	V
F	V	F	V	F	F	F
F	F	V	V	V	F	V
F	F	F	V	V	F	F

3. c. Argumento válido.

P	Q	R	$(P \rightarrow Q)$	$(Q \rightarrow \neg R)$	R	$\therefore \neg P$
V	V	V	V	F	V	F
V	V	F	V	V	F	F
V	F	V	F	V	V	F
V	F	F	F	V	F	F
F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	V	F	V

3. d. Argumento válido.

P	Q	$(P \rightarrow Q)$	$\neg Q$	$\therefore \neg P$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	F
F	V	V	F	V
F	F	V	V	V

3. e. Argumento válido.

P	Q	$\neg P$	$(Q \rightarrow P)$	$\therefore \neg Q$
V	V	F	V	F
V	F	F	V	V
F	V	V	F	F
F	F	V	V	V

6. a. Argumento válido.

P	Q	R	S	P	Q	$((P \wedge Q) \rightarrow (R \vee S))$	$\neg S$	$\therefore R$
V	V	V	V	V	V	F	F	V
V	V	V	F	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V	V	F	F
V	V	F	F	V	V	F	V	F
V	F	V	V	V	F	V	F	V
V	F	V	F	V	F	V	V	V
V	F	F	V	V	F	V	F	F
V	F	F	F	V	F	V	V	F
F	V	V	V	F	V	V	F	V
F	V	V	F	F	V	V	V	V
F	V	F	V	F	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	V	V	F
F	F	V	V	F	F	V	F	V
F	F	V	F	F	F	V	V	V
F	F	F	V	F	F	V	F	F
F	F	F	F	F	F	V	V	F

6. b. Argumento válido

P	Q	R	P	$((P \wedge \neg Q) \rightarrow R)$	$\neg R$	$\therefore Q$
V	V	V	V	V	F	V
V	V	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F
V	F	F	V	F	V	F
F	V	V	F	V	F	V
F	V	F	F	V	V	V
F	F	V	F	V	F	F
F	F	F	F	V	V	F

6. c. Argumento válido.

P	Q	R	$(P \rightarrow (Q \wedge R))$	$(Q \wedge R)$	$\therefore P$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	F	V
V	F	V	F	F	V
V	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	F
F	V	F	V	F	F
F	F	V	V	F	F
F	F	F	V	F	F

6. d. Argumento válido.

P	Q	R	$(P \rightarrow Q)$	$(Q \rightarrow \neg R)$	$\neg \neg R$	$\therefore \neg P$
V	V	V	V	F	V	F
V	V	F	V	V	F	F
V	F	V	F	V	V	F
V	F	F	F	V	F	F
F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V	V
F	F	F	V	V	F	V

6. e. Argumento válido.

P	Q	R	S	$((\neg P \wedge \neg Q) \rightarrow (R \leftrightarrow S))$	$(\neg P \wedge \neg Q)$	S	$\therefore R$
V	V	V	V	V	F	V	V
V	V	V	F	V	F	F	V
V	V	F	V	V	F	V	F
V	V	F	F	V	F	F	F
V	F	V	V	V	F	V	V
V	F	V	F	V	F	F	V
V	F	F	V	V	F	V	F
V	F	F	F	V	F	F	F
F	V	V	V	V	F	V	V
F	V	V	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V	F
F	V	F	F	V	F	F	F
F	F	V	V	V	V	V	V
F	F	V	F	F	V	F	V
F	F	F	V	F	V	V	F
F	F	F	F	V	V	F	F

14.

a. Representação canónica

- (P1) Deus não quer evitar o mal ou Deus não pode evitar o mal.
 (P2) Se Deus não quer evitar o mal, então ele não é totalmente bom.
 (P3) Se Deus não pode evitar o mal, então ele não é omnipotente.
 (C) Logo, Deus não é totalmente bom ou não é omnipotente.

Inspetor de circunstâncias

P	Q	R	S	$(\neg P \vee \neg Q)$	$(\neg P \rightarrow \neg R)$	$(\neg Q \rightarrow \neg S)$	$\therefore (\neg R \vee \neg S)$
V	V	V	V	F	V	V	F
V	V	V	F	F	V	V	V
V	V	F	V	F	V	V	V
V	V	F	F	F	V	V	V
V	F	V	V	V	V	F	F
V	F	V	F	V	V	V	V
V	F	F	V	V	V	F	V
V	F	F	F	V	V	V	V
F	V	V	V	V	F	V	F
F	V	V	F	V	F	V	V
F	V	F	V	V	V	V	V
F	V	F	F	V	V	V	V
F	F	V	V	V	F	F	F
F	F	V	F	V	F	V	V
F	F	F	V	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	V	V

O argumento é válido, pois não existe qualquer circunstância (linha) em que todas as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa.

b. Representação canónica

- (P1) Se há conhecimento, então algumas coisas são conhecidas sem provas ou nós podemos provar todas as premissas por argumentos prévios infinitamente.
 (P2) Há conhecimento.
 (P3) Nós não podemos provar todas as premissas por argumentos prévios infinitamente.
 (C) Logo, algumas coisas são conhecidas sem provas.

Dicionário

P = Há conhecimento.

Dicionário

P = Deus quer evitar o mal.
 Q = Deus pode evitar o mal.
 R = Deus é totalmente bom.
 S = Deus é omnipotente.

Formalização

$(\neg P \vee \neg Q), (\neg P \rightarrow \neg R), (\neg Q \rightarrow \neg S) \therefore (\neg R \vee \neg S)$

Q = Algumas coisas são conhecidas sem provas.

R = Nós podemos provar todas as premissas por argumentos prévios infinitamente.

Formalização

$(P \rightarrow (Q \vee R)), P, \neg R \therefore Q$

Inspetor de circunstâncias

P	Q	R	$(P \rightarrow (Q \vee R))$	P	$\neg R$	$\therefore Q$
V	V	V	V	V	F	V
V	V	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F
V	F	F	F	V	V	F
F	V	V	V	F	F	V
F	V	F	V	F	V	V
F	F	V	V	F	F	F
F	F	F	V	F	V	F

O argumento é válido, pois não existe qualquer circunstância (linha) em que todas as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa.

pág. 68

15.

Modus ponens

A	B	$(A \rightarrow B),$	A	$\therefore B$
V	V	V	V	V
V	F	F	V	F
F	V	V	F	V
F	F	V	F	F

Modus tollens

A	B	$(A \rightarrow B),$	$\neg B$	$\therefore \neg A$
V	V	V	F	F
V	F	F	V	F
F	V	V	F	V
F	F	V	V	V

Silogismo hipotético

A	B	C	$(A \rightarrow B),$	$(B \rightarrow C)$	$\therefore (A \rightarrow C)$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	F	F
V	F	V	F	V	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	F	V
F	F	V	V	V	V
F	F	F	V	V	V

Silogismo disjuntivo

A	B	$(A \vee B),$	$\neg A$	$\therefore B$
V	V	V	F	V
V	F	V	F	F
F	V	V	V	V
F	F	F	V	F

Leis de De Morgan

A	B	$\neg (A \vee B)$	$\therefore (\neg A \wedge \neg B)$
V	V	F	F
V	F	F	F
F	V	F	F
F	F	V	V

Contraposição

A	B	$(A \rightarrow B),$	$\therefore (\neg B \rightarrow \neg A)$
V	V	V	V
V	F	F	F
F	V	V	V
F	F	V	V

pág.69

16.

Falácia da afirmação da consequente

A	B	$(A \rightarrow B),$	B	$\therefore A$
V	V	V	V	V
V	F	F	F	V
F	V	V	V	F
F	F	V	F	F

Falácia da negação da antecedente

A	B	$(A \rightarrow B),$	$\neg A$	$\therefore \neg B$
V	V	V	F	F
V	F	F	F	V
F	V	V	V	F
F	F	V	V	V

pág.72

Teste Formativo

(avaliação das secções 1.1 e 1.2 – opção B)

Grupo I

1. A. Falso. Um argumento simples só pode ter uma conclusão.

B. Falso. Nos argumentos dedutivos válidos a conclusão segue-se com necessidade.

C. Verdadeiro.

D. Falso. A conectiva com maior âmbito é a que se aplica a toda a proposição.

E. Falso. A formalização de "Se Deus não existe, então a vida tem sentido" é " $(\neg P \rightarrow Q)$ ".

F. Falso. Uma conjunção só é verdadeira se as proposições elementares que a compõem forem ambas verdadeiras.

G. Verdadeiro.

H. Falso. A fórmula argumentativa " $(\neg P \rightarrow (Q \wedge R)), \neg(Q \wedge R) \therefore P$ " é um exemplo de *modus tollens*.

2.

2.1 C.

2.2 B.

2.3 D. [Para ver esse resultado é conveniente construir uma tabela de verdade].

2.4 A.

Grupo II

1.

1.1 Dicionário:

P = Ter o dever de promover o bem supremo.

Q = O bem supremo ser possível.

R = Deus existe.

Formalização:

$P, (\neg Q \rightarrow \neg P), (\neg R \rightarrow \neg Q) \therefore R$

Inspetor de circunstâncias:

P	Q	R	P	$(\neg Q \rightarrow \neg P)$	$(\neg R \rightarrow \neg Q)$	$\therefore R$
V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	F	F
V	F	V	V	F	V	V
V	F	F	V	F	V	F
F	V	V	F	V	V	V
F	V	F	F	V	F	F
F	F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V	F

O argumento é válido, pois não existe qualquer circunstância (linha) em que todas as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa.

1.2 Dicionário:

P = Os animais não-humanos sentem dor.

Q = Os animais não-humanos sentem prazer.

R = os animais não-humanos são dignos de ter estatuto moral.

Formalização:

$((P \vee Q) \rightarrow R), R \therefore (P \vee Q)$

Inspetor de circunstâncias:

P	Q	R	$((P \vee Q) \rightarrow R)$	R	$\therefore (P \vee Q)$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	F	V
V	F	V	V	V	V
V	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V
F	V	F	F	F	V
F	F	V	V	V	F
F	F	F	V	F	F

O argumento é inválido, pois existe uma circunstância (linha) em que todas as premissas são verdadeiras e a conclusão falsa.

1.3 Dicionário:

P = Hume é um empirista.

Q = Hume é um racionalista.

R = Hume aceita necessidades metafísicas.

Formalização:

$(P \vee Q), (Q \rightarrow R), \neg R \therefore P$

Inspetor de circunstâncias:

P	Q	R	$(P \vee Q)$	$(Q \rightarrow R)$	$\neg R$	$\therefore P$
V	V	V	V	V	F	V
V	V	F	V	F	V	V
V	F	V	V	V	F	V
V	F	F	V	V	V	V
F	V	V	V	V	F	F
F	V	F	V	F	V	F
F	F	V	F	V	F	F
F	F	F	F	V	V	F

O argumento é válido, pois não existe qualquer circunstância (linha) em que todas as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa.

2. No argumento 1.2 está presente a falácia da afirmação da consequente. Uma forma de tornar o argumento válido seria reescrevê-lo da seguinte forma: "Se os animais não-humanos sentem dor ou prazer, então eles são dignos de ter estatuto moral."

Ora, os animais não-humanos sentem dor ou prazer. Logo, os animais não-humanos são dignos de ter estatuto moral". Assim, o argumento seria uma instância válida de *modus ponens*.

- 3.** A conclusão que se segue validamente das premissas é: "A causa do universo é um Deus pessoal". Para se chegar a esta conclusão utilizou-se a inferência de silogismo disjuntivo.

Grupo III

1.

1.1 Uma possível reconstrução do argumento é a seguinte:

- (P1) Se algo pesa o mesmo que um pato, então é feito de madeira.
 (P2) Se algo é feito de madeira, então é uma bruxa.
 (P2) Logo, se algo pesa o mesmo que um pato, então é uma bruxa.

1.2 Dicionário:

- P = Pesar o mesmo que um pato.
 Q = Ser feito de madeira.
 R = Ser uma bruxa.

Formalização:

$(P \rightarrow Q), (Q \rightarrow R) \therefore (P \rightarrow R)$

Inspetor de circunstâncias:

P	Q	R	$(P \rightarrow Q)$	$(Q \rightarrow R)$	$\therefore (P \rightarrow R)$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	F	F
V	F	V	F	V	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	F	V
F	F	V	V	V	V
F	F	F	V	V	V

O argumento é válido, pois não existe qualquer circunstância (linha) em que todas as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa.

- 1.3** A inferência presente no argumento chama-se silogismo hipotético.

- 1.4** O argumento não é sólido, pois as premissas não são verdadeiras..

2. Argumentação e Retórica

2.1 O domínio do discurso argumentativo – a procura da adesão do auditório

pág.76

- 1.** A eficácia da argumentação de Nick depende dos seguintes fatores: 1. Nick desvia as conversas para territórios onde sabe que será mais fácil obter a adesão do auditório; 2. Nick apela às emoções dos seus interlocutores; 3. Nick distorce informações e omite outras para mais facilmente influenciar as pessoas; e, por fim, 4. Nick serve-se do seu charme e carisma para se fazer passar por uma pessoa idónea e oferecer credibilidade ao seu discurso.

pág.78

- 1.** Numa demonstração, partimos de argumentos dedutivos válidos com premissas indisputáveis em que somos racionalmente compelidos a aceitar a conclusão, como acontece, por exemplo, com os teoremas matemáticos.
- 2.** A argumentação tem por objetivo a adesão a uma determinada proposição, partindo de premissas disputáveis e com diferentes graus de aceitação.
- 3.** O auditório é o conjunto de pessoas a quem se destina um discurso.

pág.83

- 4.** Sem a consideração do auditório, a argumentação fica-se apenas pelo seu sentido formal. É para o auditório que os argumentos se dirigem. A lógica informal é, neste aspeto, tão relevante como a lógica

formal. Além disso, é preciso atender ao auditório para que o discurso seja adequado e transmita com sucesso a mensagem.

5. Segundo Aristóteles, as técnicas funcionam bem quando em conjunto e não em separado, para garantir a eficácia e persuasão do discurso.
6. Caso se dê importância apenas ao *ethos* valoriza-se só a competência moral e científica do orador. Mas para que um discurso seja persuasivo é preciso atender a outros elementos, como o facto de a mensagem se adequar ao público-alvo.
7. Caso se dê apenas importância ao *pathos* pode-se descurar de outros elementos importantes para a persuasão, como é o caso de saber se a credibilidade do orador é boa ou não, como do caso de saber se os argumentos são bons ou maus.
8. Um discurso unicamente centrado no *logos* é um discurso preocupado somente com as regras lógicas e linguísticas. Mas, para persuadir não basta atender apenas a esses elementos formais.

2.2 O discurso argumentativo – – principais tipos de argumentos e de falácias informais

pág.86

1. É uma petição de princípio, ou raciocínio circular, porque se está a presumir como verdadeiro exatamente aquilo que está em discussão. Neste exemplo, o comportamento dos índios – de apanhar lenha – presumia que o inverno seria frio com base nas informações dos serviços de meteorologia, e os serviços de meteorologia presumiam que o inverno seria frio com base no comportamento de apanhar lenha dos índios. Portanto, a informação que o inverno será frio não fica justificada.

pág.89

1.

- 1.1 Trata-se de uma previsão indutiva e pode-se dizer que o argumento é bom, pois se os seres humanos procuraram esmeraldas até aos nossos dias e se todas essas esmeraldas são verdes, então existe uma probabilidade muito alta da próxima esmeralda que alguém vir ser de cor verde.

2. Trata-se de um mau argumento por analogia, já que a analogia se baseia em termos que são irrelevantes para a comparação; ou seja, pelo facto de X e Y usar farda e pelo facto de X ajudar pessoas, não se segue que Y também ajude pessoas. Assim, a informação contida nas premissas não é suficiente para a conclusão a que se pretende chegar.

pág.95

3. a. Boneco de palha / espantalho.
b. Apelo à ignorância.
c. Falso dilema.
d. Ataque pessoal.
e. Derrapagem.
f. Boneco de palha / Espantalho.

pág.98

Teste Formativo

Grupo I

1. A; 2. A; 3. D; 4. C; 5. A; 6. A; 7. C; 8. A.

Grupo II

1. a. Falso dilema.
b. Boneco de palha (ou espantalho).
c. Ataque à pessoa.
d. Petição de princípio.
e. Apelo à ignorância.
f. Bola de neve (ou derrapagem).

- 2.** Embora este argumento seja válido, pois é impossível que as suas premissas sejam verdadeiras e a sua conclusão falsa, não é persuasivo. Isto porque as suas premissas não são mais plausíveis do que a sua conclusão. É possível aceitar que o aborto deve ser proibido, mas ainda assim não aceitar que o aborto é o assassinio de inocentes. Esta premissa só será aceite por aqueles que, à partida, já consideram que o aborto devia ser proibido e, portanto, o argumento revela-se ineficaz justamente perante aqueles que pretende convencer.

Grupo III

- 1.** Numa demonstração estabelece-se conclusivamente a verdade de uma proposição deduzindo-a validamente de premissas cuja verdade já foi definitivamente estabelecida. Por outras palavras, na demonstração recorre-se a argumentos dedutivamente válidos, em que se parte de premissas indisputavelmente verdadeiras, sem lugar para qualquer dúvida, e em que somos obrigados a aceitar a conclusão. Exemplos de demonstrações são teoremas que mostram verdades matemáticas.

Na argumentação não há apenas argumentos dedutivos, mas também outros tipos de argumentos em que a verdade das premissas não é suficiente para estabelecer conclusivamente a verdade da conclusão. Além disso, parte-se normalmente de premissas altamente disputáveis (que no seu melhor são plausíveis), não havendo constrangimento para aceitar a conclusão.

Assim, a argumentação não se esgota nos aspetos puramente formais dos esquemas dedutivos, devendo também atender a certos elementos informais como a credibilidade e estilo discursivo do argumentador e

as convicções, atitudes e disposições do auditório; pois, ainda que um argumento seja sólido, se o auditório não estiver disposto a aceitar as suas premissas, não será convencido a aceitar a sua conclusão.

3. Argumentação e Filosofia

- 1.** Górgias considera que aquele que domina a retórica é capaz de fazer com que o prefiram (ou às suas teses) a qualquer (quaisquer) outro(as), porque não há matéria sobre a qual um orador não fale, diante da multidão, de maneira mais persuasiva do que qualquer profissional.

- 2.** Não. Sócrates considera que a eficácia da retórica depende da ignorância geral do auditório. A retórica só torna alguém mais persuasivo e aparentemente mais sábio perante uma multidão de ignorantes. Portanto, a retórica, tal como é usada pelos sofistas, é completamente inútil na busca do verdadeiro conhecimento.

pág.104

- 1.** Porque não encara o auditório como um fim em si mesmo, servindo-se das suas falhas (ao apelar a emoções e a falácias) para impor ideias a qualquer custo.
- 2.** A manipulação consiste em levar alguém a aceitar uma tese sem avaliar criticamente (isto é, sem examinar de modo rigoroso e imparcial) as razões que existem a seu favor e contra ela. Por sua vez, a persuasão consiste em oferecer boas razões para que alguém seja conduzido a aceitar uma determinada tese, respeitando a autonomia intelectual do auditório.
- 3.** Resposta livre. Não, porque a retórica também pode ser utilizada como forma de evitar o erro e facilitar a compreensão do discurso,

promovendo a eficácia da discussão racional, uma vez que facilita a compreensão por parte dos intervenientes das teses defendidas e dos argumentos apresentados, favorecendo a defesa de opiniões devidamente fundamentadas.

pág.106

- 4.** Os sofistas eram professores da Grécia Antiga que ensinavam aos jovens instrumentos retóricos para persuadir, de modo a serem bem-sucedidos nas disputas públicas. Para isso, instruíam os jovens com uma cultura alargada, que incluía várias disciplinas, preparando-os para falarem e discutirem.
- 5.** O regime democrático na Antiga Grécia tornou possível que os cidadãos participassem na tomada de decisões pública e no governo da cidade. Ora, os instrumentos retóricos dos sofistas foram fundamentais para quem quisesse ser bem-sucedido e influenciar essa tomada de decisões pública. Por isso, os sofistas foram importantes para a democracia na medida em que forneciam instrumentos retóricos para se alcançar poder na sociedade.
- 6.** Os sofistas entendiam a retórica sobretudo como uma ferramenta de manipulação, de modo a vencerem a todo o custo na discussão pública. Assim, não olhavam a meios para atingir os seus fins de ganhar a discussão, mesmo que para isso tivessem de prescindir da verdade objetiva.
- 7.** O relativismo dos sofistas, expresso por afirmações como “o homem é a medida de todas as coisas”, consiste em defender que não há nada absolutamente verdadeiro. Assim, a verdade é apenas o que parecer a qualquer um, ou seja, é apenas relativa à perspetiva do sujeito.

- 8.** Resposta aberta. Não, pois também podemos dizer que trouxeram algumas vantagens significativas. Por exemplo, como na Grécia Antiga não havia um sistema público de ensino superior, foi importante terem existido estes professores para instruírem os jovens com cultura e com um currículo alargado.

pág.111

- 9.** Sócrates foi um filósofo da Grécia Antiga e o seu objetivo na utilização da retórica não foi o de manipular (como os sofistas), mas sim o de persuadir racionalmente as pessoas, convidando-as a avaliar e examinar as suas opiniões segundo a razão. Nessa estratégia, Sócrates faz recurso da ironia, da maiêutica e do diálogo.
- 10.** A ironia é a parte destrutiva da retórica socrática, consistindo em fingir que o interlocutor é sábio ao mesmo tempo que vai pondo em causa as suas ideias preconcebidas, os dogmas rigidamente formulados, as verdades aceites acriticamente. Assim, a ironia é um instrumento no processo de colocar em dúvida e em discussão as opiniões, para examinar até que ponto são plausíveis.
- 11.** A maiêutica é a parte mais construtiva da retórica socrática, consistindo em ajudar o interlocutor a libertar-se de ideias preconcebidas e estabelecidas acriticamente, e a formular ideias mais plausíveis e verdadeiras. Assim, a retórica socrática não visa desqualificar ou difamar o outro, mas sim ajudá-lo, libertá-lo e abri-lo à verdade.
- 12.** Os diálogos são importantes para Sócrates, pois é no interior destes que a ironia e a maiêutica são aplicadas, quando o interlocutor é levado a pensar

cuidadosamente nas suas ideias, a rever as suas opiniões, a refletir melhor sobre aquilo que julga que sabe e que, normalmente, não passa de um mero preconceito.

- 13.** A maior distinção entre sofistas e filósofos (como Sócrates) é a seguinte: enquanto os sofistas seguem sobretudo a manipulação e o relativismo, os filósofos seguem a persuasão racional e a objetividade na procura da verdade.

pág.113

- 14.** Porque a argumentação filosófica visa a aquisição de opiniões devidamente fundamentadas e não a derrota dos adversários.
- 15.** Dada a natureza conceptual dos problemas de que se ocupa, em filosofia recorre-se à argumentação para descobrir a verdade acerca do ser (ou seja, da realidade tal como ela objetivamente é).

pág.116

Teste Formativo

Grupo I

- 1.** A; **2.** C; **3.** C; **4.** B; **5.** A; **6.** B; **7.** A.

Grupo II

- 1.** Sim, porque no caso da manipulação procura-se levar o auditório a aceitar uma determinada ideia sem avaliar criticamente as razões a seu favor e contra ele. Assim, o manipulador mostra um desrespeito pela autonomia intelectual do auditório. Pelo contrário, no caso da persuasão racional, o orador oferece razões sólidas e cogentes para que o auditório possa concluir por si mesmo a razoabilidade de determinada ideia, havendo assim um respeito pelo auditório.

- 2.** O relativismo dos sofistas consiste em advogar que não existem verdades objetivas e independentes dos sujeitos, da cultura ou de contextos sociais. Assim, os sofistas não se limitam a defender causas que lhes pareçam justas, mas entregam à argumentação retórica o poder de decisão relativamente à tese que deve prevalecer. Este relativismo é expresso, por exemplo, pelo sofista Protágoras quando afirma que “o homem é a medida de todas as coisas”.

- 3.** A retórica sofista caracteriza-se por ser uma retórica manipulativa. Ou seja, o seu objetivo não era chegar à verdade, mas apenas ganhar a todo o custo as discussões, mesmo que as suas teses fossem incoerentes e implausíveis. Por isso, recorriam a técnicas manipulativas, como o uso de metáforas, apelos a emoções e sentimentos, etc., de modo a derrotarem os adversários.

Grupo III

- 1.** A retórica socrática caracteriza-se sobretudo por três elementos: a ironia, a maiêutica e o diálogo. Pode-se definir a ironia como o ato de simular que o interlocutor é sábio e em fingir que se aceita as suas opiniões ou definições. Por conseguinte, através da interrogação e da análise racional dos conceitos, coloca-se em dúvida essas opiniões e definições advogadas pelo interlocutor, mostrando-se as suas contradições e incompletudes. Por exemplo, neste diálogo de Sócrates com Êutifron, a ironia manifesta-se em expressões como as seguintes:

- “Visto que há pouco afirmaste sabê-lo com clareza, diz-me o que entendes por piedade e por impiedade”
- “Lembra-te, pois, que te não recomendi que me ensinasses uma ou duas das muitas

coisas piedosas, mas te perguntei por aquele aspeto próprio sob o qual todas as coisas piedosas são piedosas"

- "Essas coisas então, ao que parece, são odiadas e amadas pelos deuses e as mesmas coisas seriam odiadas pelos deuses e queridas pelos deuses?"
- "Então a piedade é amada pelos deuses, porque é piedade, ou é piedade porque é amada pelos deuses?"

Mas para Sócrates não interessa a ironia pela ironia, mas uma que seja fecunda e gere continuamente ideias mais plausíveis. A esta atitude de ajuda a dar à luz um novo saber e ideias mais plausíveis chama-se maiêutica. Por exemplo, as novas e contínuas respostas de Êtífron à questão "O que é a piedade" revelam bem esta maiêutica, como se pode constatar no melhoramento da noção de piedade:

- "A piedade é o que agora faço: é perseguir os que cometem injustiças"
- "A piedade é o que é agradável aos deuses"
- "A piedade é o que todos os deuses amam"

Por fim, como se pode verificar, o diálogo é o meio no qual a ironia e a maiêutica se aplicam, e através do qual os interlocutores de Sócrates (neste caso, Êtífron) são levados a pensar cuidadosamente nas suas ideias.

IV – O conhecimento e a racionalidade científica e tecnológica

1. Descrição e interpretação da atividade cognoscitiva

1.1 Estrutura do ato de conhecer

pág. 120

1. Mary possuía um vasto conhecimento proposicional acerca da cor vermelha, mas,

uma vez que nunca a tinha visto, não tinha conhecimento por contacto dessa cor.

pág. 123

1.

- 1.1 Podemos descrever o conhecimento como uma relação, porque afirmar que conhecemos ou sabemos é o mesmo que dizer que temos consciência de certos aspetos de uma determinada porção da realidade e, nesse sentido, o conhecimento envolve uma relação entre um **sujeito** – *aquele que conhece* – e um **objeto** – *a porção do real que é conhecida*.

- 1.2 No texto são descritos dois tipos de conhecimento: o **conhecimento por contacto** e o **conhecimento proposicional**.

- 1.3 No conhecimento por contacto, o objeto de conhecimento é uma porção do real com a qual o sujeito de conhecimento está em contacto direto, através dos seus sentidos. No conhecimento proposicional aquilo que o sujeito conhece é uma proposição verdadeira acerca do mundo.

2. A. 1, 7, 10; B. 2, 4, 5, 8; C. 3, 6, 9.

- 2.1 Apenas o conhecimento proposicional é diretamente transmissível, porque, por muito que me esforce por transmitir a alguém o meu conhecimento por contacto de um determinado objeto, a minha descrição poderá, na melhor das hipóteses, transmitir algum conhecimento proposicional desse objeto. E essa pessoa só passará a ter conhecimento por contacto desse objeto quando estiver diretamente em contacto com ele através dos seus sentidos. Por sua vez, só podemos dizer que temos conhecimento prático quando sabemos, de facto, executar uma determinada atividade, pelo que ninguém passa a ter este tipo de conhecimento sem praticar essa atividade.

Pelo contrário, quando se trata de conhecimento proposicional, o objeto de conhecimento é uma proposição verdadeira, como, por exemplo, “Nova lorque é uma cidade”, e esse conhecimento pode ser facilmente transmitido a outra pessoa, que ficará a saber exatamente o mesmo que a primeira.

pág. 126

- 3.** Sim, pois não faz qualquer sentido dizer que sabemos uma coisa, mas não acreditamos nela. Quando alguém afirma que conhece uma proposição, tem, antes de mais, de acreditar nessa proposição. É contraditório afirmar coisas como: “Sei que existe igualdade entre homens e mulheres, mas não acredito nisso.” ou “Não acredito que o aborto seja moralmente permissível, mas sei que é”.
- 4.** Sim, pois, uma vez que o conhecimento é factivo, só se podem conhecer factos. Uma proposição que não corresponda aos factos não pode constituir conhecimento.
- 5.** Não, porque podemos acreditar numa proposição verdadeira por mero acaso, mas isso não é conhecimento. Para que essa crença pudesse constituir-se como conhecimento seria necessário que, para além de ela ser verdadeira, tivéssemos boas razões para acreditar nela.
- 6.** Não, a justificação não é uma condição suficiente para o conhecimento, pois ter justificação para acreditar em algo significa apenas que é racional fazê-lo, mas, em determinadas circunstâncias, pode ser racional acreditar numa falsidade. Visto que o conhecimento é factivo, uma crença só pode constituir-se como conhecimento se, para além de estar justificada, for verdadeira.

- 7.** O conceito de justificação é um conceito normativo, pois não se limita a descrever como as coisas são, ou em que é que acreditamos, mas antes sugere como devem ser, ou seja, em que é que devemos acreditar. Isto significa que, quando temos boas razões para acreditar numa dada proposição, temos o dever (num sentido epistemológico) de acreditar nela, mesmo que esta se venha a revelar falsa ,e, por vezes, mesmo que uma crença seja verdadeira, podemos ter o dever (num sentido epistemológico) de a rejeitar por não haver boas razões para acreditar nela.

pág. 128

- 8.** No referido artigo, Gettier sustenta que a crença verdadeira justificada não é conhecimento.
- 9.** Gettier recorre a contraexemplos para mostrar as insuficiências da definição tripartida de conhecimento. Nos seus célebres contraexemplos, Gettier apresenta situações em que alguém possui uma crença verdadeira justificada, mas não possui conhecimento.
- 10.** Sim, porque alguém que ignore o facto de ter o relógio parado desde as 15 h do dia anterior, pode, por acaso, usar esse relógio para consultar as horas, precisamente às 15 h do dia seguinte. Formando justificadamente – com base na informação disponibilizada pelo mostrador do relógio – a crença verdadeira de que são 15 h.
- 11.** Resposta aberta. O aluno deve imaginar um exemplo em que um determinado sujeito forma uma crença verdadeira, na qual está apenas acidentalmente justificado a acreditar, pois a sua justificação não se baseia nos aspetos da realidade relevantes para a verdade da crença em causa.

1.2 Análise comparativa de teorias explicativas do conhecimento

pág. 132

1. Opção A: Não. Os cenários céticos como o apresentado mostram-nos que nunca poderemos estar certos de que sabemos seja do que for, porque só temos um conhecimento seguro se tivermos (pelo menos) uma crença verdadeira justificada; mas, uma vez que nunca poderemos estar inteiramente seguros de que não estamos a viver num cenário cético, as nossas crenças ou são falsas ou, se são verdadeiras, são-no apenas por acaso. Assim, visto que jamais teremos uma crença que não seja verdadeira apenas por acaso, jamais teremos um conhecimento seguro.

Opção B: Sim. Embora este tipo de cenário possa abalar a maioria das nossas certezas, há pelo menos uma coisa que podemos saber com toda a certeza: que existimos, pois para que possa estar a ser iludido tenho pelo menos de existir. Esta é a solução apresentada por Descartes, através do Penso; logo, existo.

Opção C: Sim. Embora este tipo de cenário possa abalar a maioria das nossas certezas, podemos estar certos da nossa experiência imediata. Isto é, embora possa não existir nada do que estou neste momento a ver, a ouvir, a cheirar, etc., a verdade é que posso estar certo de que estou, neste momento, a ter determinadas experiências visuais, auditivas, olfativas, etc. Esta solução corresponde ao fundacionalismo empirista de David Hume.

pág. 133

1. Em filosofia, usa-se a palavra “cético” para designar alguém que desafia a nossa pretensão de que sabemos com certeza seja o que for, pondo em causa a possibilidade do conhecimento.

2. Significa abster-se de ajuizar quanto à verdade ou falsidade de uma proposição.

3. Enquanto o ceticismo global põem em causa a possibilidade de toda e qualquer espécie de conhecimento, o ceticismo moderado cinge o ceticismo a certos tipos ou domínios de conhecimento – por exemplo, há quem seja cético em relação ao conhecimento moral, ao conhecimento das relações entre a mente e o corpo, ao conhecimento de Deus, etc.

4. Entende-se por “ceticismo positivo” a perspetiva segundo a qual temos boas razões para acreditar que o conhecimento não é possível, defendendo esta ideia com argumentos e por “ceticismo negativo” entende-se uma formade ceticismo que se limita a refutar toda e qualquer tentativa de demonstrar que sabemos alguma coisa.

pág. 136

5. Uma cadeia de justificações é um encadeamento de crenças que se justificam umas às outras sucessivamente.

6. Porque justificamos as nossas crenças com base noutras crenças, mas, para que estas sirvam de justificação seja para o que for, precisam, também elas, de estar justificadas por outras crenças, e assim sucessivamente.

7. Em lógica formal, chama-se “trilema destrutivo” a uma forma argumentativa em que se assume a existência de três (e apenas três) possibilidades alternativas (p, q e r). Uma vez que todas elas implicam a negação de uma quarta proposição (s), conclui-se validamente que essa negação é verdadeira.

8. Segundo Sexto Empírico, quando uma cadeia de justificações se instala, (I) ou essa cadeia de justificações termina arbitrariamente numa crença injustificada (o equivalente ao

“Porque sim!” na conversa com a criança na idade dos porquês); ou (II) volta-se sobre si própria de um modo viciosamente circular – uma das justificações é sustentada por uma crença situada num qualquer ponto anterior da cadeia; por exemplo, justifica-se a crença A com base na crença B, e esta justifica-se com base numa crença C, que, por sua vez, se justifica com base em A; ou (III) regride infinitamente – justificamos a crença A com base na crença B; B é justificada através de uma outra crença C, e assim sucessivamente até ao infinito.

9. Essas alternativas conduzem à suspensão do juízo porque (I) nenhuma crença injustificada serve de justificação para o que quer que seja; (II) nenhuma justificação circular pode ser eficaz, pois aquilo que se pretende justificar está a ser usado na própria justificação; e (III) nenhuma cadeia infinita de justificações pode ser abarcada por criaturas finitas e limitadas como nós, razão pela qual um encadeamento infinito de justificações não serve de justificação para coisa alguma.

- 10.** (1) As nossas crenças justificam-se com base noutras crenças.
 (2) Se as nossas crenças se justificam com base noutras crenças, então caímos numa cadeia de justificações.
 (3) Se caímos numa cadeia de justificações, então ou (I) paramos arbitrariamente numa crença injustificada, ou (II) voltamos a um ponto anterior da cadeia, de um modo viciosamente circular, ou (III) regredimos infinitamente.
 (4) Se (I), então as nossas crenças não estão justificadas.
 (5) Se (II), então as nossas crenças não estão justificadas.
 (6) Se (III), então as nossas crenças não estão justificadas.

(7) Logo, as nossas crenças não estão justificadas.

8) Se as nossas crenças não estão justificadas, então não temos conhecimento.

(9) As nossas crenças não estão justificadas.

(10) Logo, não temos conhecimento.

pág. 138

11. Porque é simplesmente contraditório afirmar que sabemos que o conhecimento não é possível. Afinal de contas, se o conhecimento fosse verdadeiramente impossível nem isso se poderia saber.

12. Não, pois o cético pode sempre afirmar que não se compromete com a crença de que o conhecimento é impossível, limitando-se apenas a suspender o juízo relativamente a todos os assuntos (incluindo o problema da possibilidade do conhecimento).

13. Segundo Russell, não é possível apresentar alguma justificação para a suspensão global do juízo porque qualquer argumento a favor da suspensão global do juízo tem de se apoiar noutra crença, mas, se suspendermos o juízo em relação a todas as crenças em simultâneo, não podemos apoiar-nos em crença alguma. Logo, não podemos argumentar a favor da suspensão global do juízo.

14. Hume considera que a adoção de um ceticismo extremo teria consequências práticas inaceitáveis, pois, se puséssemos permanentemente em causa determinadas ideias que no dia a dia assumimos como garantidamente verdadeiras, acabaríamos por nos sentir incapazes de tomar qualquer tipo de decisão ou de fazer fosse o que fosse.

pág. 140

15. Os fundacionalistas rejeitam a primeira premissa do argumento cético da regressão

infinita porque acreditam que nem todas as nossas crenças se justificam com base noutras crenças. Existem crenças que são de tal modo evidentes que podemos considerar que se justificam a si mesmas.

16. As crenças básicas (ou fundacionais) são de tal modo evidentes que não precisam de ser justificadas por outras crenças, justificam-se a si mesmas, são autoevidentes. Por exemplo: "Eu existo", "Estou a ter a experiência de ler um livro" e " $2 + 2 = 4$ ". As crenças não-básicas não são autoevidentes; são inferidas a partir de outras crenças, com base nas quais se justificam. Por exemplo, "Existem outras mentes para além da minha", "A obra Os Maias, de Eça de Queirós, tem mais de 200 páginas" e "Para aprender matemática é preciso fazer muitos exercícios".

17. Os fundacionalistas consideram que o trilema subjacente ao argumento cético é um falso trilema, pois existe uma possibilidade que não está a ser considerada: as cadeias de justificação podem desembocar numa crença básica, que, uma vez que se justifica a si própria, não precisa de ser justificada por outras crenças.

pág. 142

18. O objetivo de Descartes era estabelecer um conhecimento seguro e indubitável, ou seja, encontrar pelo menos uma crença básica que pudesse servir de fundamento para o conhecimento.

19. O método utilizado por Descartes foi a dúvida metódica, que consistia em duvidar de tudo o que fosse possível duvidar e ver o que resistia a esse processo.

20. Não, Descartes não precisa de examinar cada crença isoladamente porque, se decidirmos rejeitar todas as crenças

minimamente duvidosas, basta-nos debruçar sobre as principais fontes das nossas crenças e rejeitar todas as crenças que tenham origem em processos que não sejam inteiramente fidedignos.

21. Não. Contrariamente à dúvida cética original, a dúvida cartesiana não é um ponto de chegada – o desfecho inevitável de um rigoroso processo de reflexão –, mas sim um ponto de partida – um meio para alcançar a verdade. Não é uma suspensão permanente do juízo, mas sim uma decisão de considerar provisoriamente falsas a generalidade das nossas crenças. Uma vez que, por princípio, a dúvida cartesiana se pode aplicar a tudo, ela é absolutamente universal, e é hiperbólica porque não se limita a suspender o juízo, mas rejeita como falso tudo o que for meramente duvidoso.

pág. 144

22. Descartes considera que não é prudente confiar no testemunho daqueles que anteriormente nos enganaram; ora, como os sentidos nos enganam algumas vezes, não é prudente confiar no seu testemunho.

23. Quando vemos uma cana mergulhada na água parece que está partida; muitas vezes, objetos longínquos parecem redondos, quando na realidade são quadrados; por vezes, parece que nos estão a chamar e afinal é só o vento a passar; pode parecer-nos que cheira a batatas fritas quando alguém está a fritar rissóis, etc.

24. (1) Os nossos sentidos enganam-nos algumas vezes.
(2) Se os nossos sentidos nos enganam, então não podemos saber se nos estão a enganar neste momento ou não.
(3) Se não podemos saber se os nossos sentidos nos estão a enganar, então

não podemos confiar nas informações adquiridas através deles.

- (4) Logo, não podemos confiar nas informações adquiridas através dos sentidos.

25. O argumento é válido, mas não é sólido, pois a segunda premissa é claramente falsa. Do facto de, por vezes, os nossos sentidos nos enganarem não se segue que estes nos enganem sempre, ou que nunca temos maneira de saber se nos estão a enganar ou não. A maior parte das ilusões dos sentidos pode facilmente ser resolvida recorrendo aos próprios sentidos. Portanto, este argumento, por si só, não nos dá razões para nunca confiar nos sentidos.

pág. 146

26. Porque, uma vez que a vivacidade e a intensidade de certos sonhos nos convencem muitas vezes de que estamos a ter experiências reais, quando na realidade estamos apenas a sonhar, não existe um processo inequívoco para determinar se uma determinada experiência sensível é verídica ou não passa de um sonho.

- 27.** (1) Não podemos distinguir por nenhum sinal seguro as experiências que temos durante os sonhos daquelas que temos durante o estado de vigília.
- (2) Se não podemos distinguir por nenhum sinal seguro as experiências que temos durante os sonhos daquelas que temos durante o estado de vigília, então as crenças que formamos a partir da experiência sensível ou são falsas (porque estamos apenas a sonhar) ou, ainda que sejam verdadeiras, são-no apenas por acaso (porque não podemos saber se estamos apenas a sonhar ou não).

- (3) Se as crenças que formamos a partir da experiência sensível ou são falsas ou, ainda que sejam verdadeiras, são-no apenas por acaso, então não podem constituir conhecimento.

- (4) Logo, as crenças que formamos a partir da experiência sensível não podem constituir conhecimento.

28. Sim, porque ou acreditamos que estamos a ter determinadas experiências quando na realidade estamos apenas a sonhar, pelo que as nossas crenças são falsas, ou não estamos a sonhar e a nossa crença é verdadeira; mas, como não podemos determinar se estamos a sonhar ou não, ela é verdadeira apenas por acaso.

pág. 147

29. Não, porque podemos cometer erros de raciocínio.

30. Significa que somos racionalmente falíveis, pelo que podemos estar errados mesmo no que diz respeito às proposições da geometria e da aritmética.

- 31.** (1) Podemos cometer erros mesmo nos raciocínios mais simples.
- (2) Se podemos cometer erros mesmo nos raciocínios mais simples, então não podemos justificadamente acreditar em crenças que tenham origem no nosso raciocínio.
- (3) Logo, não podemos justificadamente acreditar em crenças que tenham origem no nosso raciocínio.

pág. 148

Experiência mental “O Génio Maligno”

1. Opção A: Sim, porque conforme Descartes faz notar: se não podemos saber que não

existe um Génio Maligno, extremamente poderoso e astuto, com o poder de nos enganar relativamente a tudo o que pensamos, então a maioria das nossas crenças são falsas ou, ainda que sejam verdadeiras, são-no apenas por acaso (pois não temos nenhuma justificação para acreditar que não se trata de uma das suas maquinações) e nesse caso não temos conhecimento.

Opção B: Não, porque, mesmo que não possamos saber que não existe um Génio Maligno, extremamente poderoso e astuto, com o poder de nos enganar relativamente a tudo o que pensamos, existe pelo menos uma coisa de que podemos estar certos, que se pensamos, existimos – ou não seríamos capazes de duvidar fosse do que fosse.

pág. 149

32. Descartes apercebe-se que, embora alguns raciocínios possam correr mal, parece simplesmente implausível considerar que nos podemos enganar a contar os lados de um quadrado, ou outros raciocínios igualmente elementares. Assim, com o objetivo de pôr, realmente, em causa as verdades mais elementares e triviais da geometria e da aritmética, Descartes concebe uma experiência mental que consiste na suposição de que existe um ser sumamente poderoso, com a capacidade de introduzir nas nossas mentes as ideias que bem entende, fazendo-nos tomar por evidências as maiores absurdidades que possamos imaginar. Poderia, por exemplo, fazer-nos acreditar que um quadrado tem, evidentemente, quatro lados quando na realidade teria apenas três.

33. Porque a ideia de um Deus Enganador é uma contradição nos termos. Sendo Deus um ser perfeito por definição, não pode

possuir qualquer espécie de defeito, como, por exemplo, ser enganador.

34. Consiste na suposição de que existe um ser tão poderoso quanto perverso, o Génio Maligno (para evitar os problemas associados à ideia de um Deus Enganador), com a capacidade de introduzir nas nossas mentes as ideias que bem entende, que se diverte a usar os seus poderes para nos induzir em erro relativamente a tudo. Na impossibilidade de mostrar que esse ser não existe, deixamos de ter justificação para acreditar que sabemos a maior parte das coisas que julgamos saber, pois as nossas crenças ou são falsas – fruto das suas maquinações – ou, se são verdadeiras, são-no apenas por acaso – pois não podemos determinar se são ou não fruto das suas maquinações.

- 35.** (1) Não podemos saber que não existe um Génio Maligno, extremamente poderoso e astuto, que nos pode enganar relativamente a tudo o que pensamos.
- (2) Se não podemos saber que não existe um tal Génio Maligno, então a maioria das nossas crenças são falsas ou, ainda que sejam verdadeiras, são-no apenas por acaso (pois não temos nenhuma justificação para acreditar que não se trata de uma das suas maquinações).
- (3) Se as nossas crenças ou são falsas ou são verdadeiras apenas por acaso, então não temos conhecimento (pois só temos conhecimento se tivermos crenças verdadeiras justificadas).
- (4) Logo, não temos conhecimento.

pág. 151

36. Não, porque ainda que eu não possa saber se estou, ou não, a ser enganado por um Génio Maligno, existe algo que posso saber

com toda a certeza: que existo. Mesmo que o Génio Maligno exista e se esforce tanto quanto pode para me enganar, nunca me poderá convencer de que não existo, pois, para que me possa convencer seja do que for, eu tenho necessariamente de existir.

37. O *cogito* corresponde à crença: “Penso; logo, existo”. Esta crença possui características muito especiais, pois aparentemente a sua verdade não pode consistentemente ser posta em causa. Quem quer que se questione acerca da veracidade do *cogito* tem automaticamente justificação para acreditar nele.

38. O *cogito* representa o triunfo sobre o ceticismo na medida em que é uma crença básica, que não precisa de ser justificada com base noutras crenças, e, portanto, constitui-se como primeira evidência, fornecendo os alicerces seguros que Descartes procurava para edificar o conhecimento. Assim, por mais extremas que as nossas dúvidas possam ser, existirá sempre pelo menos uma coisa que podemos saber com toda a certeza: que existimos.

pág. 153

39. Não, pois a única coisa que o *cogito* garante é que existimos enquanto coisa que pensa, ou substância pensante, mas não oferece qualquer garantia da existência da realidade sensível. Como tal, o *cogito* não é suficiente para nos assegurar que temos um corpo, nem que as nossas experiências percetivas são fiáveis.

40. O dualismo cartesiano é a perspetiva de que existem duas esferas da realidade de natureza inteiramente diferente – uma de natureza física (corpórea) e outra de

natureza imaterial (mental). Além disso, o dualismo cartesiano sustenta que a essência de um ser humano não é de natureza física, nem se identifica com o seu corpo, mas sim de natureza mental e identifica-se com a sua mente ou alma.

41. O argumento a favor do dualismo cartesiano pode ser apresentado em duas partes.

A primeira parte diz-nos o seguinte:

- (1) Posso conceber que existo sem ter um corpo.
- (2) Não posso conceber que existo sem ter uma mente/alma.
- (3) Se posso conceber que existo sem ter um corpo, mas não posso conceber que existo sem ter uma mente/alma, então a mente/alma não é igual ao corpo.
- (4) Logo, a mente/alma não é igual ao corpo.

A segunda parte estabelece o seguinte:

- (5) Uma determinada propriedade faz parte da essência de x se, e só se, não é possível conceber x sem essa propriedade.
- (6) Logo, ter uma mente/alma (e não um corpo) faz parte da minha essência. (De 1, 2 e 5)

42. A clareza e distinção.

- 43.** (1) Se não puder estar certo daquilo que concebo clara e distintamente, então não posso estar certo do *cogito*.
- (2) Posso estar certo do *cogito*.
- (3) Logo, posso estar certo daquilo que concebo clara e distintamente.

pág. 156

44. Descartes está convencido de que não é perfeito porque reconhece que duvida e

considera que saber seria mais perfeito do que duvidar.

- 45.** Porque, apesar de não ser perfeito, Descartes apercebe-se que tem a ideia de Ser Perfeito e uma vez que subscreve o Princípio da Causalidade – segundo o qual tudo o que existe tem uma causa –, Descartes conclui que também essa ideia terá sido causada por algo. Contudo, uma vez que uma causa deve ter pelo menos tanta realidade quanto os seus efeitos, um ser imperfeito não pode dar origem a uma ideia perfeita, pelo que a única explicação para a origem dessa ideia é a existência de um ser tão perfeito quanto ela que é o seu autor.
- 46.** (1) Eu tenho a ideia de Ser Perfeito.
(2) Se eu tenho a ideia de Ser Perfeito, então existe um Ser Perfeito que é a origem desta ideia.
(3) Existe um Ser Perfeito que é a origem da minha ideia de perfeição. (De 1 e 2)
(4) Ou eu sou o Ser Perfeito, ou existe um algo para além de mim que é perfeito e que é a verdadeira origem da minha ideia de perfeição.
(5) Se duvido, não sou perfeito.
(6) Duvido.
(7) Não sou perfeito. (De 5 e 6)
(8) Logo, existe algo para além de mim que é perfeito e que é a verdadeira origem da minha ideia de perfeição. (De 4 e 7)
- 47.** Não, porque Descartes considera que uma vez que Deus é sumamente bom concedeu-nos livre-arbítrio, o que, implicando fazer escolhas, acarreta a possibilidade de fazer más escolhas. Assim, Descartes conclui que o erro não vem de Deus, que é perfeito, mas sim de nós, que, não sendo perfeitos, fazemos por vezes um mau uso da nossa liberdade,

dando assentimento a coisas que não concebemos muito clara e distintamente.

- 48.** Deus desempenha um papel fundamental no fundacionalismo cartesiano porque, uma vez provado que Deus existe e não é enganador, não temos razões para acreditar que nos possamos enganar quando concebemos algo com clareza e distinção. Uma vez concebido com clareza e evidência que $2 + 2 = 4$, posso estar certo de que isso é verdadeiro, quer eu durma quer eu esteja acordado, e permanece verdadeiro mesmo quando não penso no assunto, porque Deus é eterno e imutável. Sem esta garantia não seria possível fazer uma inferência, pois não poderíamos garantir a verdade de cada uma das suas premissas, nem poderíamos estar seguros de que as premissas permanecem verdadeiras no momento em que deixamos de as conceber. Assim, Deus certifica a verdade das nossas ideias claras e distintas atuais e passadas, justificando a nossa confiança em deduções que tenham por base premissas claras e distintas.

pág. 157

- 49.** Porque Deus não nos teria criado de modo a que estivéssemos permanentemente a representar-nos como existentes coisas que não passam de fantasias. Pelo contrário, trataria de nos criar de modo a que a nossa mente recebesse do corpo as sensações adequadas à sua preservação.
- 50.** Não, porque para Descartes, embora os nossos sentidos estejam sujeitos ao erro, Deus concedeu-nos a possibilidade de os corrigirmos através de um uso reto das nossas faculdades racionais. Quando os sentidos nos enganam é porque nos precipitamos a dar o nosso assentimento

a coisas que não concebemos clara e distintamente. Para compreendermos a verdadeira natureza das coisas, devemos proceder a uma análise matemática e geométrica das mesmas, pois só este tipo de investigação se coaduna com o modelo de certeza exigido por Descartes.

- 51.** No que diz respeito ao problema da indistinação vigília-sono, Descartes considera que este problema é afastado porque (I) se concebemos algo de modo claro e distinto, a sua verdade está assegurada mesmo que estejamos a dormir; (II) dado que Deus existe e o fantasma do Génio Maligno foi expulso de uma vez por todas, podemos recorrer à memória para determinar se estamos a dormir ou acordados. As nossas experiências de vigília articulam-se perfeitamente com as nossas restantes memórias, ao passo que não somos capazes de compreender de modo muito claro como os acontecimentos dos nossos sonhos se articulam entre si e com os outros acontecimentos das nossas vidas; e (III) nos sonhos é frequente acontecerem coisas demasiado insólitas para que sejam reais.

pág. 160

- 52.** No momento em que Descartes formula o *cogito*, a hipótese do Génio Maligno ainda não tinha sido afastada. Portanto, uma vez que o Génio podia fazer com que uma substância pensante tivesse começado a existir neste preciso instante com um conjunto de memórias falsas, acreditando que acabava de ser conduzida à conclusão de que existe necessariamente um Eu, que é o sujeito do pensamento que está a ocorrer nesse momento, Descartes não devia afirmar algo como “Eu penso.”, deveria limitar-se a constatar que “Existe pensamento em curso”.

- 53.** A falácia do mascarado consiste em confundir os nossos estados mentais acerca de um objeto com propriedades reais do mesmo. Assim, a forma-padrão desta falácia é a seguinte:

- (1) Eu conheço (ou sei que, ou acredito em, ou duvido de, ...) x.
- (2) Eu não conheço (ou sei que, ou acredito em, ou duvido de, ...) y.
- (3) Logo, x não é y.

Descartes comete este tipo de erro no seu argumento a favor do dualismo mente-corpo, pois defende a separação mente-corpo com base na ideia de que pode duvidar que tem um corpo, mas não pode duvidar que tem uma mente.

- 54.** Contrariamente ao que é assumido no Argumento da Marca, há quem defenda que: *i)* não podemos compreender a perfeição de Deus, pelo que nem sequer se pode assumir que temos uma ideia clara de ser perfeito; *ii)* duvidar é mais perfeito do que saber, pelo que a possibilidade do próprio ser pensante ser a origem da ideia de perfeição não está; à partida, excluída; e *iii)* causas mais simples podem originar coisas mais complexas, pelo que o Princípio da Causalidade tal como é entendido por Descartes na formulação deste argumento está longe de ser uma evidência à prova de Génio Maligno.

pág. 161

- 55.** Consiste em acusar Descartes de raciocinar em círculos, uma vez que procura estabelecer a existência de Deus raciocinando a partir de ideias claras e distintas, mas admite que só podemos estar certos de que as nossas ideias claras e distintas atuais e passadas são verdadeiras porque Deus existe.

56. O fundacionalismo clássico (ou empirista) diverge do fundacionalismo cartesiano no que diz respeito ao tipo de crenças que considera autoevidentes. O fundacionalismo cartesiano encarava a experiência sensível com enorme suspeita e considerava que só através das nossas evidências racionais podemos alcançar um conhecimento seguro. O fundacionalismo proposto por Hume atribui o estatuto de crenças básicas às crenças que provêm da nossa experiência sensível imediata, como por exemplo a crença "Estou, neste momento, a ter uma experiência da cor azul".

57. Significa que todo o conteúdo das nossas mentes tem a sua origem na experiência. São os cinco sentidos que nos fornecem informação sobre o mundo, registando nas nossas mentes as impressões colhidas do exterior.

58. Segundo Hume, as nossas percepções podem ser de dois tipos: impressões e ideias. As nossas impressões correspondem aos dados da nossa experiência imediata, ou seja, às experiências que temos no momento em que observamos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos, e assim por diante, e caracterizam-se pelo seu enorme grau de intensidade e vivacidade. As ideias são cópias enfraquecidas das impressões que surgem quando recorremos à memória ou à imaginação para representarmos mentalmente impressões que tivemos anteriormente e, portanto, são menos intensas e menos vívidas do que as impressões.

59. O Princípio da Cópia afirma que "todas as ideias são cópias de impressões".

60. Hume justifica a sua aceitação do Princípio da Cópia, com base na ideia de que um cego de nascença seria incapaz de imaginar a cor azul, justamente porque não possui qualquer impressão que corresponda a essa cor. Para além disso, Hume deixa-se persuadir de que o Princípio da Cópia é verdadeiro, pois não lhe parece ser possível encontrar um único contraexemplo que seja capaz de o refutar. Hume acreditava que acabaríamos sempre por ser capazes de mostrar que afinal existe uma impressão que está na base dessa ideia e isso serviria apenas para fortalecer a nossa confiança no Princípio da Cópia.

61. As ideias simples correspondem a impressões simples, ou seja, impressões de coisas que não podem ser divididas em partes mais pequenas, como a cor ou a forma dos objetos. As ideias complexas correspondem a combinações de duas ou mais ideias simples.

62. Hume acreditava que podíamos ter as ideias de sereia, centauro e cavalo alado porque, embora nunca tenhamos visto estas criaturas, temos as impressões que correspondem às ideias simples de que estas ideias são compostas e através da imaginação podemos combinar essas ideias simples de formas inéditas. Por exemplo, podemos combinar a forma de um peixe com a forma de uma mulher para criar a ideia de sereia, pois temos as impressões correspondentes à forma do peixe e à forma da mulher.

63. A Bifurcação de Hume consiste na redução de todo o conhecimento humano a dois tipos: Relações de Ideias e Questões de Facto.

64. As Relações de Ideias correspondem a proposições que podem ser conhecidas apenas mediante a análise do significado dos seus termos. Por exemplo, para saber que a proposição “Os solteiros não são casados.” é verdadeira, basta saber o significado das ideias de casados e de solteiros. Trata-se de uma verdade necessária, pois a sua negação – há solteiros casados – implica uma contradição nos termos. Este tipo de conhecimento é característico de áreas como a Matemática, a Geometria e a Lógica. As Questões de Facto correspondem ao nosso conhecimento acerca do mundo e, portanto, implicam o confronto com a experiência, pois apoiam-se diretamente nas nossas impressões (caso contrário, seriam meras ficções). Um exemplo de uma questão de facto é a proposição “A neve é branca.” Visto que a sua negação – a neve não é branca – pode ser concebida sem contradição, não se trata de uma verdade da razão, o que significa que esta proposição só pode ser conhecida através da experiência. Este tipo de conhecimento é característico de ciências da natureza como a Física, por exemplo.

65. Só o conhecimento sobre questões de facto, apoiado na experiência, nos pode dar esse tipo de informações, pois as relações de ideias, embora expressem verdades necessárias, referem-se apenas às relações entre o significado das ideias envolvidas, mas nada dizem acerca do que existe no mundo.

66. Hume rejeita a conclusão do Argumento Cético da Regressão Infinita, pois, embora reconheça que as nossas cadeias de justificações podem, de facto, regredir infinitamente, deixando as nossas crenças

injustificadas, também acredita que estas podem desembocar num facto autoevidente, presente à nossa memória ou aos nossos sentidos, que não precisa de justificação adicional e que serve de fundamento ou justificação para as nossas restantes crenças.

67. Hume propõe que a sua Bifurcação sirva de critério para avaliar o valor de uma investigação. Assim, qualquer investigação ou tem suporte empírico e diz respeito a questões de facto, ou deve cingir-se às relações de ideias.

68. Esse critério reforça a sua convicção na perspetiva empirista porque, considerando que todas as investigações humanas se dividem em duas classes – relações de ideias e questões de facto – e que apenas as investigações sobre questões de facto, baseadas em impressões, ou seja, na experiência, nos fornecem informações sobre o mundo, a única forma de obtermos informação sobre o mundo é através da experiência.

pág. 168

Experiência Mental “Um Adão Inexperiente”

1. Na opinião de Hume a ideia de relação causal ou conexão necessária entre dois acontecimentos mais não é do que a expectativa de que um deles, a que chamamos efeito, irá ocorrer sempre que o outro, a que chamamos causa, ocorra. Esta expectativa resulta do hábito, ou costume, isto é, da experiência que temos de uma conjunção constante desses dois acontecimentos.

pág. 169

69. Os princípios de associação de ideias apresentados por Hume são: a semelhança, a contiguidade e a causalidade.

A semelhança consiste na associação de duas ideias que são de algum modo parecidas. A consideração de uma delas conduz-nos à consideração da outra. Por exemplo, é natural que a contemplação de um retrato nos faça pensar na pessoa retratada.

A contiguidade consiste na associação de duas ideias que são contíguas no espaço ou no tempo. A consideração de uma delas evoca a consideração da outra. Por exemplo, se sei que a sala de estar se situa no alinhamento da entrada de minha casa, é natural que me venha à mente a representação de um desses espaços de cada vez que penso no outro. O mesmo acontece quando dois acontecimentos são contíguos no tempo: se é costume jantar depois do pôr do sol, é natural que pense em comida de cada vez que o Sol se põe.

A causalidade consiste na associação de duas ideias que ocorre quando representamos duas ideias como correspondendo a uma relação causa-efeito. A consideração da causa transporta a nossa mente para a consideração do efeito. Por exemplo, se pensamos numa ferida é comum pensarmos na dor que naturalmente lhe está associada.

70. A ideia de causalidade coloca um enorme desafio ao empirismo de Hume, pois, visto que a sua negação não resulta em qualquer contradição, não se trata de uma relação de ideias, mas, uma vez que não parece haver nenhuma impressão que lhe corresponda, também não parece tratar-se de uma questão de facto, apoiada pela experiência.

71. Consiste em imaginar alguém que, embora seja "dotado da mais forte capacidade e razão natural", ainda não tenha tido

qualquer experiência das regularidades do mundo. Como consequência dessa falta de experiência, por mais dotada que essa pessoa fosse de um ponto de vista racional, seria incapaz de inferir qualquer efeito apenas pela simples ocorrência da sua causa. Se imaginarmos que essa pessoa adquire mais experiência do mundo e das suas regularidades, percebemos que isso bastaria para que se tornasse capaz de fazer tal inferência.

72. O objetivo dessa experiência mental é mostrar que a ideia de causalidade não se funda na razão, mais sim na experiência da conjunção constante de dois objetos ou acontecimentos.

73. A solução de Hume para o problema da causalidade consiste em assumir que a ideia de relação causal, ou conexão necessária entre dois acontecimentos, não é mais do que a expectativa de que um deles – o efeito – irá ocorrer sempre que o outro – a causa – ocorra. Esta expectativa resulta do hábito, ou costume, isto é, da experiência que temos de uma conjunção constante desses dois acontecimentos.

pág. 171

74. O Princípio da Uniformidade da Natureza afirma que causas semelhantes terão efeitos semelhantes, ou, dito de outra forma, que a Natureza irá comportar-se no futuro conforme se tem comportado até hoje.

75. Porque diariamente somos levados a assumir que causas semelhantes têm efeitos semelhantes, sem essa crença a nossa vida quotidiana tornar-se-ia bastante bizarra. Se nada se alterar, partimos do princípio que o ar que inspiramos é benéfico para nós, pois até hoje tem sido

assim; quando nos deitamos esperamos que o Sol se levante no dia seguinte porque até hoje sempre assim foi; etc.

76. Problema da Indução: Teremos alguma vez justificação para inferir, a partir da repetição de um grande número de casos observados, uma conclusão acerca de casos ainda por observar?

77. Hume considera que não há maneira de justificar racionalmente a nossa confiança nas inferências indutivas. Por maior que seja o número de casos em que experimentamos uma determinada regularidade, jamais estaremos racionalmente justificados a acreditar que essa regularidade se irá manter no futuro.

78. (1) Se a nossa crença no Princípio da Uniformidade da Natureza (PUN) é racionalmente justificável, então (I) ou é dedutivamente demonstrável ou (II) é indutivamente justificável com base na experiência.

(2) Se a nossa crença em PUN pudesse ser dedutivamente demonstrada, então PUN corresponderia a uma relação de ideias, mas nesse caso PUN seria uma verdade necessária, cuja negação implicaria uma contradição.

(3) Mas PUN não corresponde a uma relação de ideias, pois, uma vez que a sua negação não implica qualquer contradição, não se trata de uma verdade necessária (ex.: Ainda que o Sol tenha nascido todos os dias até hoje, não é necessariamente verdade que irá nascer amanhã).

(4) Portanto, a nossa crença em PUN não é dedutivamente demonstrável.

(5) No entanto, a nossa crença em PUN também não pode ser indutivamente justificada com base na experiência

(isso implicaria justificar a nossa confiança em PUN com base na experiência que até hoje tivemos da uniformidade da Natureza, mas isso seria justificar a nossa confiança em PUN através da indução, que, por sua vez, depende da verdade de PUN, para ser fiável. Tal justificação pressupõe justamente aquilo que pretende justificar; logo, é viciosamente circular, ou seja, uma petição de princípio).

(6) Logo, a nossa crença em PUN não é racionalmente justificável.

pág. 173

79. Poderemos alguma vez estar certos de que os objetos exteriores à nossa mente realmente existem e são a causa das nossas percepções?

80. (1) Se a mesa que está presente na nossa mente fosse a mesa real, o seu tamanho não se alterava em função da nossa perspetiva.

(2) Mas a mesa que está presente na nossa mente parece diminuir à medida que dela mais nos afastamos, ou seja, o seu tamanho altera-se em função da nossa perspetiva.

(3) Logo, aquilo que está presente na nossa mente não é a mesa real, mas sim uma imagem ou representação mental da mesma.

81. A crença na uniformidade da Natureza, isto é, a crença de que a Natureza se irá comportar conforme se tem comportado até hoje (ou seja, a crença no Princípio da Indução); e a crença na existência do mundo exterior, isto é, a crença de que existem objetos exteriores à nossa mente que são responsáveis pelas nossas percepções dos mesmos.

82. Não, porque, embora não estejamos racionalmente justificados a acreditar na uniformidade da natureza e na existência dos objetos do mundo exterior, Hume considera que, uma vez que estas crenças fazem parte da natureza humana e na vida quotidiana não conseguimos pensar nem agir sem elas, não devemos rejeitá-las, nem suspender o juízo relativamente às mesmas. Acabando por defender apenas um Ceticismo Moderado, que serve apenas para nos proteger contra o dogmatismo, as decisões precipitadas e as investigações demasiado especulativas, distantes da experiência e sem suporte empírico.

pág. 174

Experiência Mental “O Matiz de Azul Desconhecido”

Opção A: Sim, esta situação é bastante invulgar, pois envolve uma seriação de tons do mais claro para o mais escuro com uma lacuna específica e raramente nos encontramos em situações como esta.

Opção B: Não, esta situação não é tão invulgar como Hume parece acreditar, pois algo semelhante ao que acontece com os tons de azul, pode acontecer com os sons numa escala musical, com um sabor desconhecido entre dois sabores conhecidos (por exemplo, podemos imaginar que sabor resultaria de acrescentar um determinado ingrediente a um determinado prato), com uma textura, etc.

pág. 177

83. (1) Se todas as nossas ideias fossem cópias de impressões, então alguém que nunca teve experiência de um determinado matiz de azul seria incapaz de o imaginar.

(2) A experiência mental do matiz de azul desconhecido mostra-nos que, em certas circunstâncias, mesmo alguém que nunca teve experiência de um determinado matiz de azul seria capaz de o imaginar.

(3) Logo, é falso que todas as nossas ideias são cópias de impressões.

84. Fodor considera que para aprender uma Língua temos de poder representar as suas regras de funcionamento, o que significa que qualquer processo de aprendizagem de uma Língua pressupõe a existência prévia de algum conhecimento linguístico. Uma vez que quando nascemos temos a capacidade de aprender uma Língua, Fodor aceita que é necessária a existência de um conhecimento linguístico inato. Se encarmos este conhecimento inato do funcionamento da língua como genuíno conhecimento acerca do mundo, teremos de abandonar a ideia de que, à nascença, a mente é uma tábua rasa (ou folha em branco).

85. Consiste no seguinte: se não temos acesso ao mundo exterior às nossas mentes, mas apenas a uma série de imagens ou representações mentais dos mesmos, é como se fôssemos homúnculo (pessoa minúscula) fechado numa espécie de cinema privado no interior da nossa mente onde nos são apresentadas imagens ou representações dos objetos do mundo exterior, aos quais não temos qualquer tipo de acesso direto. Mas os problemas levantados a propósito da nossa relação com o mundo exterior também se aplicam à relação desse suposto homúnculo com as imagens presentes no ecrã do seu cinema mental. Se a natureza da explicação se mantiver inalterada, acabaremos por supor a existência de

outro homúnculo dentro da mente do primeiro, e assim sucessivamente, caindo, numa regressão infinita de homúnculos.

- 86.** Russell rejeita as conclusões céticas de Hume pois considera que a sua ideia de “fundamento racional” (ou “racionalmente justificável”) é demasiado estreita. Hume parece admitir que nenhuma crença está racionalmente justificada, a menos que exista uma prova definitiva da sua verdade. Para Russell, pode ser racional acreditar numa crença, mesmo na ausência deste tipo de prova, pois pode simplesmente acontecer que de entre as alternativas disponíveis para explicar a nossa experiência exista uma hipótese mais plausível do que todas as outras, pelo que é mais racional acreditar na sua verdade, do que em qualquer uma das alternativas. Chama-se a esta forma de argumentação “abdução”, ou argumentação a favor da melhor explicação. Russell acredita que a existência de um mundo exterior às nossas mentes regido pelo princípio da causalidade é uma explicação da nossa experiência muito mais simples e apelativa do qualquer cenário cético que possamos imaginar e por isso considera que estamos racionalmente justificados a acreditar nisso.

Teste Formativo

Grupo I

- 1. B; 2. C; 3. C; 4. A; 5. D; 6. C; 7. B; 8. D; 9. B**

Grupo II

- 1.** O conhecimento por contacto é o tipo de conhecimento que adquirimos quando conhecemos alguém ou algo através de um contacto direto. Por exemplo, ao

apresentarem-me o João passei a ter conhecimento por contacto do João. No caso do conhecimento proposicional o que se conhece é uma proposição verdadeira acerca do real.

Deste modo, posso saber muitas coisas acerca do João sem o conhecer realmente por não ter conhecimento por contacto deste. Apenas o conhecimento proposicional é diretamente transmissível..

- 2.** Porque podemos ter uma crença verdadeira justificada que não é conhecimento. Por exemplo, a Lúcia acredita que teve 15 a filosofia, é verdade que teve 15 a filosofia e tem justificação para acreditar nisso porque, quando ia a passar pela sala de professores viu o teste dela com 15 valores escrito. Contudo, aquilo que ela viu não era o seu teste, mas o teste da outra Lúcia da turma, que tem uma letra igualzinha à sua. Logo, a Lúcia não sabe de facto que teve 15 a filosofia.

- 3.** Só há conhecimento se as nossas crenças forem verdadeiras e adequadamente justificadas; mas será que temos boas razões para pensar que as nossas crenças estão mesmo justificadas?
- Os céticos dizem que não, porque defendem que justificamos as nossas crenças sempre com outras crenças, o que dá origem a uma cadeia de justificações. As cadeias de justificações não podem justificar seja o que for porque ou regredem infinitamente, ou voltam-se sobre si mesmas de modo viciosamente circular, ou terminam de forma arbitrária numa crença injustificada. Portanto, nenhuma crença está satisfatoriamente justificada, pelo que não estamos em condições de afirmar que sabemos seja o que for sobre o que quer que seja.

Ou seja:

- (1) As nossas crenças justificam-se com base noutras crenças.
- (2) Se as nossas crenças se justificam com base noutras crenças, então caímos numa cadeia de justificações.
- (3) Se caímos numa cadeia de justificações, então ou i) paramos arbitrariamente numa crença injustificada, ou ii) voltamos a um ponto anterior da cadeia, de um modo viciosamente circular, ou iii) regredimos infinitamente.
- (4) Se i), então as nossas crenças não estão justificadas.
- (5) Se ii), então as nossas crenças não estão justificadas.
- (6) Se iii), então as nossas crenças não estão justificadas.
- (7) Logo, as nossas crenças não estão justificadas.
- (8) Se as nossas crenças não estão justificadas, então não temos conhecimento.
- (9) As nossas crenças não estão justificadas.
- (10) Logo, não temos conhecimento.

4. • O *cogito* é uma intuição fundamental a partir da qual é possível reconstruir tudo o que fora destruído pela dúvida e construir todo o edifício do conhecimento, agora sobre bases sólidas. Posso duvidar de tudo o que é duvidoso, mas por mais longe que eu leve a dúvida, subsiste um resíduo sem o qual a dúvida não seria sequer possível, um “eu” que existe certamente para poder duvidar de algo: “**penso, logo existo**”.

- É uma verdade absolutamente primeira e absolutamente evidente que brota da dúvida mais radical e constitui o ponto firme e inabalável para reconstruir a filosofia. A primeira verdade é o fundamento a partir do qual se poderão

deduzir outras verdades e, ao mesmo tempo, indicar as condições a que outras verdades devem obedecer.

- Representa a vitória sobre o ceticismo, uma vez que estabelece algo como necessariamente verdadeiro. Mostra que existem crenças básicas (pelo menos uma) de tal modo evidentes que não carecem de qualquer justificação para além de si mesmas. Coloca um ponto final na regressão infinita da justificação, dado que mostra que nem todas as crenças se inferem de outras crenças.

- Depois de encontrar uma verdade necessária e indubitável, vai refletir sobre as características que a tornam tão especial e apercebe-se que são, acima de tudo, a clareza e distinção que fazem dela uma evidência inabalável. Deste modo, o *cogito* vai funcionar como modelo de verdade: serão verdadeiros todos os conhecimentos que forem tão claros e distintos como este primeiro. Assim, ao descobrir o *cogito*, descobre também o seu **Critério de Verdade (clareza e distinção)** e daqui em diante o espírito estará livre para dar assentimento a tudo aquilo que conceba clara e distintamente.

5. • A ideia de causalidade (de relação causal ou conexão necessária entre dois acontecimentos) coloca um enorme desafio ao empirismo de Hume, pois, visto que a sua negação não resulta em qualquer contradição, não se trata de uma relação de ideias, mas, uma vez que não parece haver nenhuma impressão que lhe corresponda, também não parece tratar-se de uma questão de facto, apoiada pela experiência. Qual será então a origem da ideia de causalidade?

- Hume dissolve o problema afirmando que a ideia de relação causal ou conexão necessária entre dois acontecimentos não é mais do que a expectativa de que um deles – o efeito – irá ocorrer sempre que o outro – a causa – ocorra. Esta expectativa resulta do hábito, ou costume, isto é, da experiência que temos de uma conjunção constante desses dois acontecimentos, pelo que não se funda na razão, mas sim num impulso natural irresistível e fundamental para o nosso dia a dia.

Grupo III

1. Tese defendida no texto:

Ceticismo – o conhecimento não é possível.

Teses a defender:

Ceticismo – o conhecimento não é possível (no caso de concordar com a tese do texto).

ou

Fundacionalismo Cartesiano – o conhecimento é possível porque existem crenças básicas fornecidas pela razão.

ou

Fundacionalismo Clássico – o conhecimento é possível porque existem crenças básicas fornecidas pela experiência.

Argumentos a favor:

Ceticismo – Regressão Infinita.

ou

Fundacionalismo Cartesiano – A indubitabilidade do *Cogito*

ou

Fundacionalismo Clássico – O Argumento do Cego de Nascimento e o desafio de encontrar uma ideia sem qualquer impressão que lhe corresponda.

Objeções:

Ceticismo – Autorrefutante e/ou fundacionalismo.

ou

Fundacionalismo Cartesiano – Objeções ao *cogito* e/ou objeções ao dualismo e/ou objeções ao Argumento da Marca e/ou Círculo Cartesiano

Fundacionalismo Clássico – O contraexemplo do Matiz de Azul Desconhecido e/ou objeção à imagem da mente como tábua rasa e/ou Objeção do homúnculo e/ou objeção baseada na argumentação por abdução.

2. O estatuto do conhecimento científico

pág. 184

1. Conhecimento vulgar (ou senso comum).
Conhecimento científico.

2. A Avó Josefa possui o conhecimento vulgar ou senso comum. Trata-se de um conhecimento popular que lhe foi transmitido pelas gerações anteriores e que foi sendo adquirido ao longo da sua experiência de vida. Este conhecimento permite resolver alguns problemas práticos do quotidiano, mas é vago e impreciso, sem grande controlo experimental. Limita-se a indicar como é que as coisas funcionam, sem explicar por que motivo assim é. Ou seja, consiste num conhecimento prático, superficial e limitado do mundo que imediatamente a rodeia. O conhecimento que lhe falta é conhecimento científico, que é um conhecimento organizado de forma sistemática e unificada, com um grande poder explicativo, com uma linguagem rigorosa e precisa, que possibilita um metódico processo de controlo experimental. Este último é um tipo de conhecimento muito diferente do senso comum, pois é crítico e metódico, procura explicações bem fundamentadas para os acontecimentos naturais, mostrando-se

disponível para rever os seus resultados perante o aparecimento de novos dados empíricos, bem como para cumprir um conjunto de regras que possibilitem um controlo experimental dos seus resultados.

2.1 Conhecimento vulgar (ou senso comum) e conhecimento científico

pág. 190

1. Exemplos do senso comum incluem coisas como: utilidades da vida quotidiana (como saber que no inverno há mais frio que no verão, dizer que o chá de camomila acalma, ou conhecer as épocas de sementeiras e outros trabalhos agrícolas); tradições (como dar prendas na época natalícia); superstições (como afirmar que o número 13 dá azar); provérbio (como “de pequenino é que se torce o pepino”), entre outros.

2. Exemplos paradigmáticos de conhecimentos científicos incluem coisas como a lei da gravitação universal de Newton, a teoria da relatividade de Einstein, ou a teoria da evolução de Darwin, entre outros.

3. As características mais importantes do conhecimento científico, que o permite distinguir do senso comum, parecem ser o seu carácter sistemático e unificado. Ao ter estas características nucleares, o conhecimento científico torna-se num saber dinâmico que é adaptável, com uma linguagem rigorosa para ser submetido a um controlo experimental, orientando-se para a explicação dos factos e das causas, sendo assim um saber crítico e metódico.

2.2 Ciência e construção – validade e verificabilidade das hipóteses

pág. 194

1. Opção A: Sim, porque até hoje sempre assim foi e visto que aparentemente a natureza

funciona de acordo com certas regularidades é razoável a galinha criar a expectativa de que vai comer sempre que o Sol nasce.

Opção B: Não, porque do facto de algo ocorrer um determinado número de vezes no passado não se segue que continuará ocorrer no futuro.

2. Sim, desde que *i)* esses enunciados sejam suportados por um grande número de observações; *ii)* essas observações se repitam numa ampla variedade de circunstâncias; e *iii)* não sejam contrariados por qualquer observação em particular.”

pág. 197

1. Por um lado, os enunciados singulares referem-se a um certo acontecimento ou estado de coisas num certo momento e lugar, resultado das observações feitas por um determinado agente. Por exemplo, “esta barra de cobre dilatou quando a aquecemos” é um exemplo de um enunciado singular. Por outro lado, os enunciados gerais referem-se a todos os acontecimento de um dado género em todos os lugares e tempos, constituindo proposições do conhecimento científico. Afirmar “todos os metais dilatam-se ao serem aquecidos” é um exemplo de enunciado geral.

2. Para se passar de enunciados singulares para enunciados gerais (ou seja, para se fazer uma generalização indutiva), é preciso que:

- o número de enunciados singulares que constituem a base de uma generalização seja grande;
- as observações devem-se repetir numa ampla variedade de circunstâncias;
- nenhum enunciado singular aceite entre em contradição com o enunciado geral ou lei universal derivada.

Estas condições são importantes para se fazerem generalizações indutivas com segurança e legitimidade.

- 3.** O método científico, de acordo com os indutivistas, tem três etapas. A primeira etapa salienta que a ciência começa com a observação. Ou seja, os cientistas começam por observar os factos de forma imparcial, rigorosa e isenta de pressupostos teóricos. Essas observações cuidadosas permitem formar enunciados singulares. Por conseguinte, na segunda etapa formulam-se teorias e leis, isto é, os cientistas procuram inferir enunciados gerais (teorias e leis) a partir de enunciados singulares. Para se fazer essa generalização indutiva é preciso satisfazer algumas condições necessárias para que tal generalização seja segura e legítima. Por fim, na terceira etapa, realizam-se previsões, explicações e confirmações, ou seja, a partir das teorias, os cientistas deduzem previsões e explicações que possam ser confirmadas.

- 4.** A ciência pode explicar e prever acontecimentos particulares, pois pode deduzir-los enquanto consequências de enunciados gerais (correspondentes às leis científicas) estabelecidos com recurso à indução.

pág. 199

- 5.** O critério de verificabilidade demarca as teorias científicas das que não são científicas. De acordo com este critério, uma teoria é científica se, e só se, for constituída por proposições empiricamente verificáveis, ou seja, caso o seu valor de verdade possa, na prática ou em princípio, ser determinado a partir de observações.
- 6.** Uma proposição é verificável, na prática, caso existam meios atuais de observação empírica que nos permita determinar o seu valor de verdade. No entanto, devido a

certas limitações tecnológicas, podemos não conseguir na prática verificar determinar proposições. Porém, elas podem ser verificadas em princípio caso consigamos indicar as condições empíricas relevantes para determinar o seu valor de verdade.

pág. 203

- 7.** Sim, pode-se relacionar essa imagem com a objeção de Hume e de Popper de que as inferências indutivas são injustificadas. Por exemplo, por mais cisnes brancos que possamos observar isso nunca irá justificar a conclusão de que todos os cisnes são brancos, pois uma conclusão obtida dessa forma pode-se revelar afinal falsa. Por isso, a conceção indutivista (com o seu recurso aos raciocínios indutivos) não é o método apropriado para o trabalho científico.
- 8.** Popper critica o critério de verificabilidade por causa das teorias que procuram apenas casos que verifiquem a todo o custo a sua teoria, como é o caso da psicanálise de Freud. Com isto, todas as situações imagináveis e concebíveis apenas verificavam a teoria. Porém, nessa caso a verificabilidade não é um bom critério para distinguir teorias científicas de não científicas, uma vez que teorias pseudocientíficas (como a de Freud) podem ser verificadas. Além disso, a atitude de verificabilidade é autodefensiva: ao se tentar proteger a teoria da crítica, é uma ameaça à racionalidade, pois procura apenas observações confirmadoras, e dogmática, por visar teorias que defendem que são as únicas possíveis.
- 9.** Significa dizer que ele não satisfaz o seu próprio critério (dos positivistas lógicos) e, por isso, não pode ser considerado uma proposição com sentido.

- 10.** Para Popper, a investigação científica não começa com uma observação pura e imparcial. Quando os cientistas começam a fazer ciência partem das suas expectativas e teorias. A mente dos cientistas não é uma tábua rasa: as teorias e expectativas prévias influenciam a forma como interpretam aquilo que observam e leva-os a selecionar os aspetos da realidade que melhor se adequam aos propósitos das suas investigações. Portanto, o ponto de partida é o problema.
- 11.** Uma conjectura pode ser um simples palpite alicerçado nas nossas experiências passadas, ou seja, trata-se de uma suposição arrojada, imaginativa, mas devidamente fundamentada, que o cientista concebe para explicar (com hipóteses ou teorias) os factos observados. Estas conjecturas formam-se como resposta aos problemas científicos.
- 12.** O objetivo dos testes experimentais é confrontar a hipótese (que tem um caráter de uma conjectura) com a experiência ou observação empírica. Isto é importante porque, para Popper, basta aparecer um caso que contrarie a hipótese para que esta seja completamente posta em causa. Deste modo, Popper propõe que se recorra aos testes experimentais, não para confirmar uma hipótese, mas para tentar provar a sua falsidade, ou seja, para tentar refutá-la. Assim, um teste capaz de provar a falsidade da hipótese fá-lo de modo conclusivo e, uma vez provada a falsidade da hipótese, ela terá de ser reformulada ou abandonada.
- 13.** O processo de refutação consiste em seguir uma estrutura de *modus tollens*. Assim, se uma teoria a ser testada é verdadeira, então há uma previsão (deduzida dessa teoria).

Ora, com o processo de refutação, tenta-se negar a consequente dessa condicional. Assim, se não ocorrer a previsão deduzida a partir dessa teoria, pode-se concluir que a teoria é falsa. Ou seja, se fizermos uma determinada previsão a partir de uma teoria geral e essa previsão não se confirmar, então podemos concluir validamente que essa teoria é falsa. Todavia, se os testes não provarem a sua falsidade, isso significa que ela foi corroborada pela experiência e, nesse caso, embora não possamos considerar que ela é verdadeira (ou provavelmente verdadeira), podemos considerar que temos boas razões para a preferir quando comparada com outras conjecturas que não apresentaram o mesmo tipo de resistência aos testes a que foram submetidas.

- 14.** Para Popper, não podemos dizer que uma teoria é conclusivamente verdadeira: o *modus tollens* só nos permite dizer quais são as teorias falsas, mas não nos permite afirmar quais são as verdadeiras. Assim, no máximo, esse teste apenas nos permite dizer que a teoria foi corroborada pela experiência, ou seja, tem conseguido até agora resistir às tentativas de refutação.

- 15.** Popper prefere o critério de falsificabilidade ao critério de verificabilidade, porque com um critério de verificabilidade poder-se-ia admitir como científicas teorias irrefutáveis e pseudocientíficas, como as de Marx, Freud ou Adler, que encaram qualquer observação concebível como uma verificação ou confirmação da sua veracidade. Ora, o critério de falsificabilidade, que sustenta que uma teoria é científica só se for possível conceber um teste experimental que seja capaz de mostrar que a teoria é falsa, permite distinguir mais adequadamente as

teorias pseudocientíficas (de Marx, Freud ou Adler) das teorias efetivamente científicas (como a de Einstein).

16. O critério de falsificabilidade advoga que uma teoria é científica só se é empiricamente falsificável. Isto quer dizer que, se uma teoria é científica, então será possível conceber um teste experimental que seja capaz de mostrar que a teoria é falsa. Por exemplo, a teoria de Freud, uma vez que não permite conceber qualquer observação que a refute, então não pode ser uma teoria científica. Mas, por exemplo, se tivermos uma proposição como “todos os metais dilatam ao serem aquecidos”, já podemos conceber uma observação que refute essa proposição, nomeadamente imaginar uma barra de metal que não dilate. Por isso, essa proposição já poderia fazer parte de uma teoria científica.

17. Por um lado, uma teoria é falsificada caso esteja refutada pela experiência, ou seja, caso já se tenha provado que a teoria é falsa. Por outro lado, uma teoria é falsificável caso tenha de ser possível refutá-la pela experiência, mesmo que nunca chega a ser efetivamente refutada.

18. Uma teoria ser falsificável não é uma condição suficiente para se ter uma boa teoria, pois para Popper também é necessário que as teorias científicas boas sejam claras, precisas, audazes e informativas; ou seja, devem ter um elevado conteúdo empírico. Dessa forma, é igualmente necessária que a teoria seja falsificável num alto grau.

19. Essa afirmação de Popper relaciona-se com os graus de falsificabilidade, pois quanto maior informação empírica uma teoria tiver

(isto é, quanto mais a teoria for interessante, ousada e altamente informativa), maior será a probabilidade de ser refutada e, consequentemente, maior probabilidade terá para um possível progresso científico.

pág. 212

20. Pode-se dizer que a falsificabilidade não constitui uma condição necessária para que uma dada teoria possa ser considerada científica, pois algumas teorias científicas referem-se a objetos que não são diretamente observáveis, pelo que não é inteiramente claro que seja, à partida, possível conceber um teste experimental capaz de mostrar a sua falsidade.

21. Porque normalmente os cientistas trabalham no sentido de confirmar as suas teorias e continuam a defendê-las mesmo quando as suas previsões não se confirmam.

22. Porque, para Kuhn, mesmo que uma dada previsão (deduzida da teoria) seja refutada por um teste experimental, isso não é suficiente para provar de forma conclusiva que a teoria é falsa. Isto porque existem outros elementos envolvidos num procedimento experimental que podem ser responsáveis pelo fracasso da previsão, nomeadamente as hipóteses auxiliares, os instrumentos utilizados, os fatores pessoais e sociais, etc.

23. Essa afirmação constitui uma objeção ao falsificacionismo uma vez que significa que temos justificação para acreditar que as teorias científicas são verdadeiras e não apenas conjeturas por refutar. Deste modo, o processo de falsificabilidade subestima a importância das confirmações no progresso científico.

2.3 A racionalidade científica e a questão da objetividade

pág. 216

1. Observou um número dez vezes maior de estrelas do que o que até então havia sido observado; observou a Lua com mais detalhe do que até então tinha sido observado, constatando que a sua superfície não era lisa e polida, como até então se pensava, mas sim feita de asperezas e rugosidades, cheio de inchações, abismos profundos e curvaturas; descobriu a verdadeira natureza da Via Láctea e das chamadas "nebulosas"; descobriu quatro novos planetas; e, por fim, inventou o telescópio que possibilitou todas estas descobertas.
2. Sim, porque Galileu introduziu uma nova forma de investigar a natureza, com recurso aos sentidos e a instrumentos científicos, que potenciam o seu alcance, e à matemática, substituindo a autoridade da Bíblia e de Aristóteles no que diz respeito ao conhecimento. Além disso, a imagem do mundo que era veiculada por estas fontes apresentava-nos um mundo dividido em duas esferas de natureza inteiramente díspar: o mundo supralunar, composto por esferas perfeitamente polidas e incorruptíveis, e o mundo sublunar, composto e corruptível. Este mundo havia sido criado por Deus para os seres humanos, com a Terra no centro como palco principal para o desenrolar das suas vidas mortais. As descobertas de Galileu desafiavam de modo bastante profundo esta imagem do universo, pois mostram que a Lua não é afinal uma esfera perfeita, nem a Terra está no centro do universo. Além disso, existem muito mais estrelas do se supunha, pelo que o universo não é fechado por uma cúpula de estrelas fixas, como se pensava.

pág. 217

1. Para os indutivistas, a ciência progride através do raciocínio indutivo e da verificação experimental, de modo estritamente racional, linear, e cumulativo em direção a um conhecimento cada vez mais alargado e completo da realidade tal como ela objetivamente é.
2. Não, porque Popper considera que os enunciados gerais correspondentes às teorias científicas envolvem sempre casos que não foram observados e como tal não se pode provar conclusivamente a sua verdade.
3. Sim, porque embora não possamos estabelecer de modo conclusivo que uma dada teoria é verdadeira, podemos comparar diferentes teorias entre si e procurar determinar qual delas é mais verosímil, ou seja, verificar qual delas tem um maior poder explicativo e implica menos falsidades. Isso dá-nos uma boa razão para a preferirmos perante as suas rivais.

pág. 221

4. O período de pré-ciência é marcado pela existência de várias escolas e investigadores rivais com diferentes perspetivas sobre a natureza do seu campo de investigação, os pressupostos teóricos e metafísicos a adotar, os métodos, instrumentos e técnicas a utilizar e o tipo de fenómenos a investigar. Não se distingue o que é accidental e aleatório do que é relevante para a investigação. Não existe um esforço concertado entre os diversos investigadores e, uma vez que estes não estão seguros do caminho que estão a percorrer, não arriscam investimentos de grandes dimensões. A investigação não parece sair do ponto de partida.

5. Através do aparecimento de um paradigma, capaz de unificar os investigadores de um determinado campo numa comunidade científica. A confiança no paradigma põe fim ao debate interescolas acerca dos fundamentos da disciplina e permite que os teóricos da eletricidade, convictos de que estão no caminho certo, deixem de se preocupar com os aspetos gerais da sua área de estudo, para se concentrarem em projetos de maior envergadura, mais específicos e direcionados, desenvolvendo instrumentos e equipamentos que permitam um estudo mais preciso e rigoroso da natureza. Deste modo, o paradigma transforma um determinado campo de investigação numa ciência propriamente dita, ou seja, numa atividade extremamente sistematizada e orientada, empenhada na solução de problemas muito concretos e não na reavaliação permanente dos seus fundamentos.

6. Um paradigma é uma teoria amplamente aceite e com grande poder explicativo, que põe fim aos desacordos profundos entre investigadores e escolas, favorecendo a constituição de uma comunidade científica. Inclui pressupostos teóricos fundamentais – um corpo de teorias e leis que são assumidas como verdadeiras e que guiam todo o processo de investigação; aplicações-tipo – regras para aplicar o corpo teórico à realidade; princípios metafísicos – informação sobre o tipo de entidades que existem e as relações que estabelecem entre si; instruções técnicas e metodológicas – indicações acerca do método de trabalho, do tipo de experiências a realizar, dos instrumentos a utilizar e do funcionamento dos mesmos; e orientações gerais sobre o campo de estudo em questão, como por exemplo, identificação

dos fenómenos e dos problemas de que este se deve ocupar e sobre o trabalho a desenvolver no futuro.

pág. 223

7. Durante o período de ciência normal os cientistas estão empenhados em tarefas de consolidação do paradigma. Grande parte do seu trabalho consiste na solução de pequenos *puzzles* e enigmas que este deixou em aberto; na tentativa de melhorar a afinação entre a natureza e o paradigma; na sua aplicação a novas áreas; e na construção de equipamento adequado às exigências experimentais.

8. Porque que Kuhn considera que *"a natureza é demasiado complexa para ser explorada ao acaso"*. Assim, apenas alguém treinado desde fases muito iniciais da sua formação para trabalhar dentro de um paradigma possui a sensibilidade necessária para detetar e resolver certos enigmas, que passariam despercebidos à maioria das pessoas. É porque a sua visão está focada de uma determinada maneira que o cientista consegue ajustes cada vez mais precisos entre o paradigma e a realidade, alcançando uma compreensão de aspetos altamente específicos do funcionamento da natureza que, de outro modo, jamais poderia ter sido alcançada. Além disso, ninguém estaria disposto a arriscar desperdiçar grandes quantidades de tempo e recursos numa investigação que não tem qualquer perspetiva de sucesso.

pág. 227

9. Nem sempre o trabalho de resolução de enigmas, característico dos períodos de ciência normal, corre de acordo com o esperado. Por vezes, os cientistas tropeçam em acontecimentos que o

paradigma vigente não consegue explicar de modo adequado. No entanto, uma vez que percalços experimentais fazem parte de qualquer processo de investigação, pequenas anomalias são normalmente desdenhadas pela comunidade científica. Mas quando o fracasso é particularmente persistente ou de tal modo surpreendente que ponha em causa as convicções ou maneiras de proceder aceites, a confiança no paradigma vigente é naturalmente abalada e a ciência entra em crise.

10. Durante o período de ciência extraordinária, os acordos intersubjetivos desaparecem e a comunidade científica divide-se em duas facções: os conservadores – que se agarram tenazmente ao velho paradigma e se recusam a abrir mão dele mesmo perante o seu fracasso sistemático – e os revolucionários – que procuram uma revisão completa dos fundamentos do seu campo de estudo de modo a traçar um novo paradigma capaz de solucionar, pelo menos grande em parte, as anomalias anteriormente detetadas.

11. Kuhn deu o nome "Revolução Científica" ao processo através do qual se passa de um paradigma a outro. No entanto, Kuhn salienta que estes processos revolucionários não representam uma evolução, num sentido cumulativo, em direção a uma compreensão mais profunda da realidade tal como ela objetivamente é. Uma mudança de paradigma implica uma alteração substancial da forma como entendemos o que é fazer ciência numa determinada área, bem como do tipo fenómenos e de entidades que são objeto dessa investigação.

pág. 230

12. Segundo a tese da incomensurabilidade, não existe uma medida comum, ou um padrão neutro, que permita objetivamente estabelecer a superioridade de um paradigma em relação a outro.

13. Kuhn considera que a precisão, a consistência, a abrangência, a simplicidade e a fecundidade são critérios que objetivamente qualquer boa teoria científica deve respeitar.

14. Kuhn considera que a esses critérios não são suficientes para ditar a preferência por um paradigma em vez de outro, pois a sua vagueza e a ausência de uma orientação concreta acerca do peso relativo de cada um deles faz com que cientistas diferentes tomem decisões diferentes utilizando os mesmos critérios.

15. Kuhn considera que se os paradigmas fossem comensuráveis, seria possível justificar a preferência por um paradigma através de critérios puramente objetivos. Uma vez que isso não é possível, Kuhn conclui que os paradigmas são incomensuráveis. Por outro lado, o facto de os termos científicos adquirirem o seu significado através de uma rede de significados no seio de um paradigma faz com que Kuhn reforce a sua crença na incomensurabilidade dos paradigmas, pois, uma vez que os mesmos termos têm significados diferentes em paradigmas diferentes, torna-se impossível fazer uma comparação objetiva entre dois paradigmas e entre estes e a realidade, para declarar a superioridade de um em relação ao outro.

pág. 231

16. A objeção baseada na resolução de anomalias consiste em considerar que,

uma vez que um paradigma pode resolver as anomalias do anterior, é possível justificar racional e objetivamente a nossa preferência por ele e, nesse caso, a tese da incomensurabilidade é falsa.

17. A objeção baseada no crescente sucesso da ciência sustenta que, uma vez que as teorias científicas atuais têm uma maior capacidade de prever o comportamento da natureza do que as suas antecessoras, podemos concluir que estão mais próximas da verdade. O que significa que a tese da incomensurabilidade é falsa.

18. De entre os principais contributos Kuhn para a compreensão da atividade científica destacam-se os seguintes: mostrou que a ciência é influenciada não apenas por fatores objetivos, mas também por fatores subjetivos; e mostrou que o cientista não é propriamente um explorador do desconhecido, mas sim um solucionador de *puzzles*, profundamente comprometido com uma determinada visão do mundo, ditada pela sua adesão a um paradigma; além disso, mostrou que a fé e convicção depositadas no paradigma promove no cientista uma profunda resistência à mudança, mesmo na presença de inquietantes anomalias.

pág. 234

Teste Formativo

Grupo I

1. D; **2.** B; **3.** D; **4.** A; **5.** D; **6.** B; **7.** D; **8.** B

Grupo II

1. Segundo o indutivismo, é um raciocínio indutivo que nos leva de uma lista finita de enunciados singulares para concluirmos enunciados gerais, como leis e teorias

científicas. Nesta conceção o método científico consiste e baseia-se no princípio da indução que, num contexto científico, se pode expressar desta forma:

Se numa ampla variedade de condições se observa uma grande quantidade de P e se todos os P observados possuem sem exceção a propriedade Q, então todos os P têm a propriedade Q.

Para legítimar este tipo de inferências, o indutivismo considera que devem ser satisfeitas as seguintes condições:

(i) O número de enunciados singulares que constituem a base dessa generalização deve ser grande.

(ii) As observações devem-se repetir numa ampla variedade de circunstâncias.

(iii) Nenhum enunciado singular aceite deve entrar em contradição com uma lei universal derivada.

Ou seja, não seria legítimo concluir enunciados gerais, com base num número reduzido de enunciados singulares, pois a amostra não seria representativa. Assim, para se concluir com segurança qualquer enunciado geral, precisamos de muitas observações do mesmo acontecimento. Para além disso, também é preciso verificar se o mesmo sucede em diferentes circunstâncias, para assegurar que o resultado obtido não foi acidental, nem viciado por qualquer outro elemento da situação que não aquele que não o inicialmente suposto. Por fim, é necessário verificar se não existe nenhum enunciado singular que entre em contradição com a lei geral, ou com outros enunciados singulares que possam ser validamente deduzidos da mesma.

2. De acordo com o indutivismo, uma vez alcançada uma lei científica por meio da indução, pode-se recorrer a argumentos dedutivos para fazer explicações e previsões. Por exemplo, se eu quiser explicar por que é que os carris ferroviários dilatam nos dias de maior calor (ou prever essa dilatação), posso recorrer a um argumento como o seguinte:

- (1) Todas as barras de metal dilatam ao serem aquecidas.
- (2) Os carris ferroviários são barras de metal.
- (3) Logo, os carris ferroviários dilatam por ação do calor.

Neste argumento, podemos constatar que a explicação (ou previsão) (3) foi validamente deduzida a partir das premissas (1) e (2), o que significa que se estas premissas forem verdadeiras, então essa explicação (ou previsão) também será. Ou seja, caso se tenha estabelecido a verdade de (1) e (2) por observação e indução, pode-se concluir dedutivamente que a previsão (3) é verdadeira.

3. O critério de demarcação proposto pelos positivistas lógicos é a verificabilidade. Segundo este critério, uma hipótese só é científica se for empiricamente verificável, ou seja, se a sua verdade puder, em princípio, ser conclusivamente comprovada através da observação. Ora, uma vez que as leis científicas são expressas por enunciados gerais, não podem ser conclusivamente comprovadas pela experiência – por mais cisnes brancos que eu veja, basta que surja um cisne negro, para que a hipótese todos os cisnes são brancos caia por terra. Portanto, o critério da verificabilidade tem

a implicação absurda de excluir as leis da natureza do corpo de enunciados científicos e é por esse motivo que Popper rejeita o critério de demarcação proposto pelos positivistas lógicos.

4. Kuhn refere-se a necessidade de haver um paradigma que oriente a prática científica. Um paradigma é uma teoria com grande poder explicativo que serve de base para todo o trabalho de investigação, numa determinada área científica. Um paradigma inclui simultaneamente um conjunto de crenças, valores, pressupostos, processos, técnicas e instrumentos partilhados pelos membros de uma comunidade científica. Assim, sem um paradigma que oriente a sua investigação os cientistas estariam perante a existência de várias escolas com diferentes perspetivas sobre a natureza do seu campo de investigação, os pressupostos teóricos e metafísicos a adotar, os métodos, instrumentos e técnicas a utilizar e o tipo de fenómenos a investigar. Esse profundo desentendimento impossibilitaria qualquer espécie de esforço concertado entre os diversos investigadores. Além disso, os investigadores não seriam capazes de determinar que fenómenos deviam observar, nem seriam capazes de distinguir o que é accidental e acessório do que é efetivamente relevante para o seu campo de estudos, não haveria nada que os assegurasse de que a sua investigação está no caminho certo e, por conseguinte, qualquer investimento de grandes dimensões, quer em termos de tempo quer em termos de dinheiro, seria encarado com grande relutância por parte de todos os envolvidos. Deste modo, os diversos investigadores não seriam capazes de avançar muito além do ponto de partida e a sua contribuição para o seu campo de estudos seria virtualmente nula.

5. O aluno pode apresentar uma das seguintes objeções (ou outra desde que devidamente fundamentada): a objeção baseada na resolução de anomalias ou a objeção baseada no crescente sucesso da ciência.

Segundo a objeção baseada na resolução de anomalias:

- (1) Se um paradigma resolve as anomalias de outro, então é falso que os paradigmas são incomensuráveis.
- (2) Frequentemente um paradigma resolve as anomalias do seu antecessor (por exemplo, a órbita de Mercúrio constituía uma anomalia para a teoria de Newton, mas não constitui uma anomalia para a de Einstein).
- (3) Logo, é falso que os paradigmas são incomensuráveis.

Segundo a objeção baseada no crescente sucesso da ciência:

- (1) Se os paradigmas são incomensuráveis, então não podemos dizer que as teorias científicas atuais estão mais próximas da verdade do que as suas antecessoras.
- (2) Mas as teorias científicas atuais têm uma maior capacidade de prever o comportamento da natureza do que as suas antecessoras.
- (3) Se as teorias científicas atuais têm uma maior capacidade de prever o comportamento da natureza do que as suas antecessoras, é porque estão mais próximas da verdade do que as suas antecessoras.
- (4) Logo, os paradigmas não são incomensuráveis.

Grupo III

1. Problemas:

Em que consiste o método científico?

2. Como se distinguem teorias científicas de teorias não científicas?

Teses a que se opõe o autor do texto

Indutivismo – em traços gerais, o indutivismo caracteriza-se por defender que a ciência procede através da indução de enunciados gerais – as leis da natureza – a partir de um conjunto finito de enunciados singulares e uma hipótese só deve ser considerada científica se for, à partida, empiricamente verificável.

Resposta ao problema 1:

Segundo a conceção indutivista da ciência, o método científico tem três etapas:

1. Observação: os cientistas começam por observar os factos de forma imparcial, rigorosa e isenta de pressupostos teóricos. Essas observações cuidadosas permitem formar enunciados singulares;
2. Formulação de hipóteses: os cientistas procuram inferir enunciados gerais (teorias e leis) a partir de enunciados singulares. Para se fazer essa generalização indutiva é preciso satisfazer algumas condições necessárias, como as seguintes: (i) o número de enunciados singulares que constituem a base de uma generalização deve ser grande; (ii) as observações devem-se repetir numa ampla variedade de circunstâncias; e (iii) nenhum enunciado singular aceite deve entrar em contradição com a lei universal derivada;
3. Verificação experimental: a partir das

teorias os cientistas deduzem previsões e explicações que possam ser confirmadas.

Resposta ao problema 2:

De acordo com esta perspetiva do método científico, os indutivistas propõem como critério de demarcação a verificabilidade. De acordo com este critério, uma teoria é científica se, e só se, for constituída por proposições empiricamente verificáveis; ou seja, se o seu valor de verdade pode, na prática ou em princípio, ser determinado a partir de observações.

Teses defendidas pelo autor do texto

Falsificacionismo: em traços gerais, o falsificacionismo caracteriza-se por defender que a ciência funciona por conjeturas e refutações, pelo que uma teoria só deve ser considerada científica se for, à partida, empiricamente falsificável.

Resposta ao problema 1:

Popper criticou a conceção indutivista da ciência. Para ele, a observação científica não era imparcial, nem era o ponto de partida para a ciência e Hume estava certo quando afirmava que o princípio da indução não podia ser racionalmente justificado; Assim, Popper defende que se a ciência pretende ser racional e objetiva, tem de prescindir inteiramente do recurso à indução e, por esse motivo, propõe uma nova abordagem do método científico – o Método das Conjeturas e Refutações. Este método pode ser sintetizado em três etapas distintas:

1. Problema: o ponto de partida para a investigação científica não é a observação pura e imparcial dos factos, mas sim um problema levantado por uma observação que entra em confronto com as nossas

teorias e expectativas prévias;

2. Conjetura: o investigador conjetura uma possível explicação (i.e. uma hipótese ou teoria) para os factos observados baseado na sua experiência passada;

3. Tentativa de refutação: no final resta ao cientista testar a sua hipótese; isto é, recorrer aos testes experimentais, não para confirmar uma hipótese, mas para tentar provar a sua falsidade, ou seja, para tentar refutá-la.

Resposta ao problema 2:

Para Popper, os enunciados gerais que expressam as leis científicas não são empiricamente verificáveis e portanto, a fim de evitar os problemas associados a esse critério, propõe um novo critério de demarcação: a falsificabilidade. Segundo este critério, uma teoria é científica somente se for empiricamente falsificável, isto é, se é possível conceber um teste experimental que seja capaz de mostrar que ela é falsa. Popper defende o critério da falsificabilidade através do seguinte argumento:

- (1) Uma teoria que garante só verificações ou confirmações, e que ignora possíveis refutações, não pode ser concebida ou mostrada como falsa.
- (2) Se uma teoria é científica, então faz afirmações ou previsões que poderiam ser concebidas ou mostradas como falsas.
- (3) Logo, uma teoria que garante só verificações ou confirmações, e que ignora possíveis refutações, não é científica.

3. Temas / Problemas da cultura científico-tecnológica

A. O problema moral do aborto

pág. 238

1. A moralidade diz respeito à correção ou incorreção dos atos, ao passo que a legalidade diz respeito ao conjunto de leis estabelecidas que organizam a vida de uma comunidade. Assim, uma obrigação moral pode não ter expressão nas leis de um determinado país e certas obrigações ditadas pelas leis de um país podem não ter nada que ver com a moralidade, ou até mesmo contrariar aquilo que é moralmente recomendável.
2. O problema moral do aborto consiste em saber se o aborto é (ou não) moralmente permissível, ao passo que o problema legal do aborto consiste em saber se (e em que circunstâncias) o aborto deve ser penalizado ou não.

pág. 239

1. Opção A: Sim, porque de entre todas as alternativas disponíveis essa é a ação que mais promove a felicidade do maior número de pessoas. Ainda que não tivéssemos tido nenhuma responsabilidade direta no sucedido o nosso sacrifício justifica-se pois de um ponto de vista imparcial podemos considerar que contribui para um bem maior.

Opção B: Não. Ainda que fosse generoso da nossa parte permanecer ligados ao violinista, não teríamos a obrigação moral de o fazer, pois isso implicaria que o direito do violinista à vida lhe dava o direito de dispor do meu corpo como bem entendesse, mesmo contra a minha vontade, mas isso não é claramente verdade; portanto, ainda que o violinista tenha direito

à vida, não seríamos obrigados a permanecer ligados a ele durante nove meses para assegurar que ele pode usufruir do seu direito à vida.

pág. 240

3. Porque não faz a sua argumentação depender da negação do estatuto de ser humano ao feto. Assim, para efeitos argumentativos, Thomson vai assumir que um feto é uma pessoa e que, como tal, tem direito à vida. No entanto, mesmo nessas circunstâncias, Thomson considera que o direito do feto à vida não é suficiente para estabelecer a impermissibilidade do aborto, porque, tal como exemplifica o caso do violinista, o facto de alguém ter o direito à vida não é suficiente para garantir que essa pessoa pode usar o corpo de outrem para usufruir desse direito.
4. (1) Ninguém tem o direito a usar o corpo de outra pessoa contra a sua vontade.
(2) Se o aborto fosse moralmente impermissível, então o feto teria o direito a usar o corpo da sua mãe, mesmo contra a sua vontade.
(3) Logo, o aborto não é moralmente impermissível.

pág. 241

5.

5.1 Pretende mostrar que o direito à vida não é uma condição suficiente para condenar moralmente o aborto, pois uma vez que existem outros seres humanos com os seus respetivos direitos (incluindo o seu direito à vida), não é fácil estabelecer se (e em que condições) o direito de uma pessoa à vida pode ou deve suplantar esses direitos.

5.2 Não, pois a sua gravidez não depende dos seus desejos e, como tal, ainda que levar a gravidez até ao fim fosse bastante generoso da sua parte, não representa uma obrigação moral.

pág. 244

- 6.** Consiste em avaliar eticamente da mesma forma situações semelhantes.
- 7.** Consiste em harmonizar toda a nossa vida moral em torno dos princípios que defendemos.
- 8.** Afirmar que alguém está a ser consistente é dizer que não sustenta duas ideias contraditórias. Gensler considera que não respeitar os princípios de universalizabilidade e prescritividade implicaria ser inconsistente.
- 9.** A regra de ouro é aquela que nos diz que devemos tratar moralmente os outros como pensamos que os outros nos devem tratar:
 - (1) Se és consistente e pensas que normalmente o aborto é moralmente permissível, então admites a ideia de te terem abortado quando eras um feto em circunstâncias normais.
 - (2) Não admites a ideia de te terem abortado quando eras um feto em circunstâncias normais.
 - (3) Logo, se és consistente, então não pensas que normalmente o aborto não é moralmente permissível.

B. O problema moral da eutanásia

Todas as questões deste tema são para discussão.

V. Desafios e horizontes da filosofia

A. A filosofia e os outros saberes

pág. 262

- 1.** Um dos principais motivos para se adotar o princípio da igual validade é aceitar que o conhecimento é socialmente construído. Isto é, o conhecimento não é uma reflexão neutra e transparente de uma realidade independente, mas depende sempre da configuração social em que a crença é produzida. E se é isto o que sucede, então, por exemplo, a ciência ou os mitos são métodos igualmente válidos de conhecimento.
- 2.** Afirmar que algo é socialmente construído significa dizer que não estava disponível para ser encontrado ou descoberto, mas sim que é algo que foi trazido à existência através da atividade intencional de uma sociedade ou grupo de pessoas organizadas com determinados valores e interesses. Um exemplo de uma coisa socialmente construída é o dinheiro.
- 3.** A tese do construtivismo sobre os factos defende que todos os factos são socialmente construídos de uma forma que reflete as nossas necessidades e interesses contingentes. Para defender esta tese pode-se apresentar duas razões: (1) O "argumento da dependência da descrição" procura sustentar que todos os factos dependem da descrição ou da mente humana, não havendo qualquer facto quanto ao modo como as coisas são no mundo independentemente das descrições humanas. (2) O "argumento relativista" tenta mostrar que as proposições não são simplesmente verdadeiras, mas só são verdadeiras relativamente a uma teoria ou a um modo de falar.

4. O argumento da descrição da dependência levanta três problemas: (1) Problema da causação – a maioria dos objetos do mundo antecede a nossa existência). (2) Problema da competência conceptual – quem utiliza vários conceitos científicos de forma competente sabe que é próprio de certos factos serem independentes de nós). (3) problema da discordância – o construtivismo social sobre os factos viola a lei da não-contradição.

5. De acordo com a argumentação tradicional, o relativismo global é uma posição incoerente, pois depara-se com um dilema: ou é uma tese falsa ou é uma tese irrelevante. Por um lado, é uma tese falsa, uma vez que, se considerarmos o relativismo absolutamente verdadeiro, então alguma coisa é absolutamente verdadeira e, assim, o relativismo global seria falso porque parece negar que haja alguma coisa absolutamente verdadeira. Por outro lado, é uma tese irrelevante porque, se o relativismo não é absolutamente verdadeiro, então o relativismo global vai ser falso para alguns não relativistas, não havendo nenhuma razão objetiva para se pensar que é uma tese correta.

B. A filosofia na cidade

- 1.** Mill defende que uma opinião pode ser censurada nos casos em que essa mesma opinião possa constituir uma incitação à violência e causar dano aos indivíduos.
- 2** Consiste em pressupor que, se somos falíveis, as nossas opiniões são também falíveis. Pressupor a infalibilidade é partir da ideia que uma opinião é mais verdadeira do

que outra que se lhe oponha. Mill defende que essa pressuposição não é uma boa razão para censurar opiniões contrárias.

- 3.** Por um lado, uma opinião falsa pode conter elementos de verdade que não são de desprezar. Por outro lado, as opiniões falsas funcionam como um teste às opiniões verdadeiras, já que é no confronto das duas que a verdadeira sai reforçada.
- 4.** Segundo a objeção da noção vaga do dano, muitas vezes parece ser aceitável violar a liberdade de expressão, mesmo em situações nas quais não exista qualquer dano aparente. Isto porque algumas opiniões podem ter como consequência maior infelicidade para a globalidade das pessoas. Tal parece contradizer a teoria da inviolabilidade da liberdade de expressão, uma vez que pode acontecer que uma opinião seja contrária ao fundamento moral do utilitarismo, que é a maior felicidade para a maioria das pessoas.

C. A filosofia e o sentido

- 1.** A finitude humana é o sentimento que resulta da constatação de que somos seres finitos e limitados.
- 2.** O problema do sentido da vida envolve o confronto entre dois pontos de vista, porque nos apercebemos que, por mais importante que a nossa vida possa parecer de um ponto de vista subjetivo, de um ponto de vista objetivo ela parece ser absolutamente insignificante. De um ponto de vista subjetivo, talvez possamos encontrar justificação para a maioria das coisas que fazemos. Mas, de um ponto de vista objetivo, não parecemos ser mais do que minúsculos grãos de pó na

história de um vasto universo que jamais compreenderemos inteiramente.

pág. 275

1. Sísifo é o herói absurdo pois está condenado a realizar uma tarefa repetitiva e inútil, sem qualquer hipótese de sucesso, para toda a eternidade.
2. Não, pois a tarefa em si é totalmente despropositada e sem qualquer tipo de valor.

pág. 276

3. Porque, tal como Sísifo, estamos condenados a realizar tarefas repetitivas e despropositadas, sem que nada resulte do nosso esforço.
4. Segundo Camus, o absurdo da existência reside na enorme desproporção entre as nossas aspirações e a realidade.
5. Queremos viver para sempre, mas a sombra da morte ameaça interromper, mais cedo ou mais tarde, tudo aquilo em que nos empenhamos; Queremos compreender o mundo, mas este escapa permanentemente à nossa compreensão; Queremos que o mundo seja um lugar bom, justo e igualitário, mas, em vez disso, está repleto de injustiça e sofrimento; Queremos encontrar um propósito que nos realize, mas constatamos que, de um ponto de vista alargado, nada do que fazemos realmente importa; Queremos que a realidade se adegue aos nossos projetos e objetivos, mas esta permanece indiferente aos nossos desejos e surda aos nossos apelos;...
6. Porque Deus ter-nos-ia criado com um propósito especial, ter-nos-ia concedido a imortalidade, fazendo com que as nossas ações não resultassem em nada, e acabaria

por nos conceder uma compreensão plena da verdadeira natureza das coisas.

7. (1) Se Deus existisse, não haveria sofrimento injustificado.
(2) O mundo está cheio de sofrimento injustificado.
(3) Deus não existe. (De 1 e 2)
(4) A vida só pode ter sentido se Deus existir.
(5) Logo, a vida não pode ter sentido. (De 3 a 5)
8. Não, pois Camus considerava que não devemos sucumbir ao desespero. Em vez disso, devemos enfrentar o absurdo da existência através de uma atitude transformadora de responsabilidade e revolta.

pág. 279

9. As razões que geralmente são apresentadas a favor da ideia de que só Deus pode conceder sentido à nossa vida são as seguintes: uma vez que só Deus pode:
1) conceder-nos a imortalidade, fazendo com que a nossa vida não termine no nada, e 2) atribuir-nos um propósito com valor do ponto de vista da eternidade, a existência de Deus é a única maneira de eliminar a desproporção entre as nossas aspirações e a realidade.
10. Segundo Nagel, habitualmente consideramos que a nossa vida é absurda se não for imortal, pois tendencialmente encaramos as nossas vidas como se fossem uma sequência encadeada de finalidades que se justificam sucessivamente umas às outras, até que a morte acaba inevitavelmente por interromper essa cadeia de justificação, sem que exista uma justificação última para aquilo que fazemos.

11. Segundo Taylor, tudo o que é preciso para que uma vida tenha sentido é que tenha subjetivamente sentido para a pessoa que a vive. Qualquer propósito atribuído às nossas vidas a partir do exterior deixa de fora algo crucialmente importante para que possamos sentir que as nossas vidas fazem sentido: a nossa vontade – o nosso profundo interesse naquilo que fazemos.

pág. 281

12. Em traços gerais, a perspectiva teísta caracteriza-se por responder afirmativamente ao problema do sentido da vida, pois considera que a existência de um Deus, que atribui permanência e um propósito transcendente àquilo que fazemos, é uma condição simultaneamente necessária e suficiente para as nossas vidas possam ter objetivamente sentido.

13. Segundo Philip L. Quinn, para que uma vida humana possa ter *sentido completo* tem de ter cumulativamente *sentido teleológico* – isto é, tem de incluir uma entrega efetiva a atividades que visem, pelo menos, uma finalidade alcançável, relevante e com valor positivo – e *sentido axiológico* – ou seja, tem de ser boa, no seu todo, para aquele que a vive.

14. Porque apenas uma vida imortal pode conter as recompensas adequadas, a nível pessoal, para que uma existência dedicada a um sentido teleológico tenha igualmente sentido axiológico.

15. (1) A vida pode ter sentido, se, e só se, formos imortais e tivermos um propósito transcendente.
(2) Somos imortais e temos um propósito transcendente se, e só se, Deus existir.

(3) A vida humana pode ter sentido, se e só se, Deus existir. (De 1 e 2)

(4) Deus existe.

(5) Logo, a vida humana pode ter sentido. (De 3 e 4)

pág. 282

1. Ligar-se-ia? O que mais pode ter importância para nós, além do modo como são as nossas vidas a partir de dentro?

Opção A: Sim, pois, de um ponto de vista, subjetivo teria a oportunidade de viver a vida com que sempre sonhei. Nada mais importa, porque, de um ponto de vista subjetivo, a minha vida seria indistinguível de existência real, com exceção do facto de se tratar de uma vida plenamente realizada.

Opção B: Não, pois as nossas preocupações vão além da forma como a nossa vida corre de um ponto de vista subjetivo. Somos capazes de dar um passo atrás em relação às nossas vidas e perspectivá-las de um ponto de vista mais abrangente. Queremos concretizar determinados projetos de vida e estabelecer relações efetivas com pessoas que para nós são significativas e não apenas ter a ilusão de que isso está a acontecer.

pág. 283

16. Em traços gerais, a perspectiva objetivista sustenta que devemos procurar um sentido para a nossa existência que ultrapasse as fronteiras da nossa subjetividade, mas acreditam que é possível (ou até mesmo necessário) encontrar esse tipo de sentido no interior das nossas vidas, sem que seja preciso apelar à existência de uma realidade, ou de um ser, sobrenatural.

17. Ao dizer que certas atividades valem a pena ao passo que outras não, Wolff está a dizer que o valor de certas atividades é mais fácil de justificar de um ponto de vista imparcial do que o de outras. Ou seja, não se trata de um sentido puramente subjetivo, em que "vale a pena" é o mesmo que "para mim vale a pena".

18. Segundo Wolff, uma vida pode ter objetivamente sentido desde que envolva uma entrega ativa a projetos

que promovem essas coisas que valem objetivamente a pena.

19. Em primeiro lugar, por muito importantes que os nossos projetos nos pareçam ser, estão condenados a desaparecer na história do universo, pelo que de um ponto de vista abrangente nada resultará daquilo que fizemos. Em segundo lugar, esta perspectiva tem de explicar de que forma existem valores que não dependem das nossas preferências.

Como pensar tudo isto?
Sebenta de Resoluções

Autores

Domingos Faria
Luís Veríssimo
Rolando Almeida

Execução Gráfica

CEM

Depósito Legal

N.º 373 604/14

ISBN

978-888-890-236-4

Esta publicação faz parte integrante do manual
Como pensar tudo isto? – edição do professor.

© 2014. Todos os direitos reservados
Sebenta Editora

SEBENTA